



As pressões da rápida urbanização e do crescimento econômico na África resultaram em números crescentes de despejos dos pobres urbanos de seus bairros. Na maioria dos casos, eles são realocados para áreas periféricas, distantes dos centros de emprego e oportunidades econômicas. Mais de 500 milhões de pessoas vivem hoje em favelas e invasões na África, e esse número está aumentando.

Os governos locais precisam de instrumentos políticos para proteger o direito à moradia dos pobres urbanos como um primeiro passo crítico na direção do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de alcançar melhoria significativa na vida dos residentes das favelas até 2020. O propósito destes Guias práticos é melhorar a compreensão dos formuladores de políticas, nos níveis nacional e local, sobre a habitação e o desenvolvimento urbano em favor dos pobres, no contexto da redução da pobreza urbana.

Os Guias práticos são apresentados num formato de fácil leitura, estruturado de modo a incluir uma visão geral de tendências e condições, conceitos, políticas, ferramentas e recomendações para lidar com os seguintes problemas relacionados à habitação:

(1) **África Urbana:** construir cidades utilizando o potencial inexplorado (2) **Habitação adequada:** formas de auxílio à população pobre na busca por moradia nas cidades africanas (3) **Terra urbana:** um elemento essencial para promover o acesso à moradia adequada (4) **Despejos:** alternativas à remoção de comunidades pobres urbanas de seus locais de origem (5) **Financiamento habitacional:** formas de auxílio à aquisição da moradia para a população pobre (6) **Organização comunitária de base:** de excluídos a agentes do desenvolvimento (7) **Habitação de aluguel:** uma alternativa pouco explorada para os pobres (8) **Governos locais:** enfrentar os desafios urbanos de forma participativa e integrada.

Este Guia prático 8 fornece uma breve visão geral dos governos locais na África, bem como dos desafios (e oportunidades) urbanos aos quais os órgãos governamentais locais precisam responder. O guia mostra como os desenvolvimentos físico, econômico e social precisam seguir lado a lado, para que as intervenções sejam eficazes e sustentáveis. Algumas ferramentas fundamentais para os governos locais empregarem ao adotar essas abordagens são apresentadas.

GUIAS  
PRÁTICOS  
PARA  
FORMULADORES  
DE POLÍTICAS  
URBANAS



habitação  
adequada  
para a população  
pobre nas  
cidades africanas

UN HABITAT

Cities Alliance  
CITIES WITHOUT SLUMS

UN HABITAT  
FOR A BETTER URBAN FUTURE

Cities Alliance  
CITIES WITHOUT SLUMS

Mais informações podem ser encontradas no website [www.housing-the-urban-poor.net](http://www.housing-the-urban-poor.net)

United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT)  
PO Box 30030 GPO 00100  
Nairobi, Kenya  
Fax: (254-20) 7623092 (TCBB Office)  
E-mail: [tcbb@unhabitat.org](mailto:tcbb@unhabitat.org)  
Web site: [www.un-habitat.org](http://www.un-habitat.org)

8

ORGVERNOS LOCAIS:  
ENFRENTAR OS DESAFIOS URBANOS DE FORMA  
PARTICIPATIVA E INTEGRADA

### Guia Prático 8: Org governos locais

Copyright © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), 2010  
Todos os direitos reservados

United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT)  
PO Box 30030, Nairobi, Kenya  
Tel: +254 2 621 234  
Fax: +254 2 624 266  
www.unhabitat.org

#### AVISO

As designações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a manifestação de nenhuma opinião da Secretaria das Nações Unidas a respeito da situação legal de nenhum país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou no que concerne à delimitação de suas fronteiras ou divisas, ou em relação ao seu sistema econômico ou grau de desenvolvimento. A análise, as conclusões e as recomendações do relatório não refletem necessariamente as opiniões do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, de seu Conselho de Administração ou de seus Estados-Membros.

Número ISBN  
HS/....

Impresso por UNON/Publishing Services Section/Nairobi,  
ISO 14001:2004-certified

A publicação da série Moradia para os pobres nas cidades africanas foi possível através do apoio financeiro da Aliança para as Cidades.

Publicado pelo  
Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos  
(ONU-HABITAT)  
Divisão de Treinamento e Capacitação (TCBB)  
E-mail: [tcb@unhabitat.org](mailto:tcb@unhabitat.org)

habitação  
adequada  
para a **população**  
**pobre** nas  
cidades  
africanas

**8** **ORGVERNOS LOCAIS:**  
DE EXCLUÍDOS A AGENTES DO DESENVOLVIMENTO

## AGRADECIMENTOS

A série Guias práticos foi inspirada e preparada com base numa série semelhante sobre Moradias para os pobres nas cidades asiáticas, uma publicação conjunta da ONU-HABITAT e da UNESCAP de 2009. A série é uma adaptação da versão asiática às realidades e aos contextos dos países da África Subsaariana, e estará disponível nos idiomas inglês, francês e português. A publicação da série foi possível através das contribuições financeiras da Aliança para as Cidades e da ONU-HABITAT.

Os guias foram escritos pela equipe de especialistas do African Centre for Cities (ACC), liderada por Edgar Pieterse, com as substanciais contribuições de Karen Press, Kecia Rust e Warren Smit. Os especialistas da equipe que colaboraram para inestimáveis relatórios de fundo para os guias são: Sarah Charlton, Firoz Khan, Caroline Kihato, Michael Kihato, Melinda Silverman e Tanya Zack. O apoio ao gerenciamento do projeto foi oferecido por Bruce Frayne, e o *design* foi habilidosamente cuidado por Tau Tavengwa. Diversos colegas da Divisão de Treinamento e Capacitação, da Divisão de Moradia e do Escritório Regional para África e Estados Árabes da ONU-HABITAT contribuíram para o *design*, para a elaboração e para a revisão dos guias. Entre eles encontram-se Gulelat Kebede, Cynthia Radert, Claudio Acioly, Jean D’Aragon, Rasmus Precht, Christophe Lalande, Remy Sietchiping e Alain Grimard. Os guias contaram com as valiosas contribuições de vários especialistas que participaram da Reunião do Grupo de Especialistas realizada em novembro de 2009 em Nairóbi, Quênia: Benjamin Bradlow, Malick Gaye, Serge Allou, Barbra Kohlo, Ardelline Masinde, Esther Kodhek, Jack Makau, Allain Cain, Sylvia Noagbesenu, Kecia Rust, Babar Mumtaz, Alain Durand Lasserre, Alan Gilbert e Tarek El-Sheik.

Todas essas contribuições moldaram a série Guias práticos, a qual, esperamos, vai colaborar com o trabalho diário dos formuladores de políticas na região da África Subsaariana em sua busca para melhorar a moradia e o acesso à terra para os pobres urbanos.

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	2
----------------	---

## CONDIÇÕES

GOVERNO LOCAL: ENFRENTANDO OS DESAFIOS URBANOS DE MODO PARTICIPATIVO E INTEGRADO	4
GOVERNOS LOCAIS URBANOS NA ÁFRICA	5
DIFERENÇAS NO GOVERNO LOCAL	6
RESPONSABILIDADES DOS GOVERNOS LOCAIS URBANOS	7
MUDANÇAS NA ABORDAGEM DO GOVERNO LOCAL	9
DESAFIOS URBANOS E OPORTUNIDADES PARA OS GOVERNOS LOCAIS DA ÁFRICA	11
A CRESCENTE INFORMALIDADE NAS CIDADES AFRICANAS	12
A NATUREZA DAS CIDADES AFRICANAS	14

## CONCEITOS E ABORDAGENS

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA	15
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	16
AVALIANDO PLANOS E ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVOS	21
UMA ABORDAGEM INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO	22
A INTEGRAÇÃO ATRAVÉS DE PROGRAMAS COMPLEMENTARES	24

## FERRAMENTAS E DIRETRIZES

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA ESTRATÉGIAS HOLÍSTICAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS	26
RECOMENDAÇÕES DA AGENDA HABITAT II PARA O CONTEÚDO DAS ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS	27
MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	33
PARCERIAS COM OUTROS INTERESSADOS	38
DIRETRIZES PARA PARCERIAS MUNICÍPIO-COMUNIDADE	40

## RECURSOS

REFERÊNCIAS	42
LEITURAS ADICIONAIS SUGERIDAS	44
<i>WEBSITES</i>	44



## GOVERNOS LOCAIS: ENFRENTAR OS DESAFIOS URBANOS DE FORMA PARTICIPATIVA E INTEGRADA

### GUIA PRÁTICO PARA FORMULADORES DE POLÍTICAS URBANAS Nº 8

O governo local tem um importante papel a desempenhar, assegurando que todos os residentes das cidades africanas tenham acesso a terras convenientemente situadas, serviços, moradia adequada e benefícios da vida urbana. Mesmo com limitações de recursos e capacidades, os governos locais podem melhorar significativamente a vida dos residentes através de intervenções participativas e integradas.

Este guia começa fornecendo uma breve visão geral dos governos locais na África, bem como dos desafios (e oportunidades) urbanos aos quais os órgãos governamentais locais precisam responder. Duas abordagens-chave para fazer frente a esses desafios e oportunidades e, particularmente, àqueles que dizem respeito a questões dos assentamentos humanos, são apresentadas: planejamento participativo e a abordagem integrada/holística do desenvolvimento urbano. O guia argumenta que os desenvolvimentos físico, econômico e social precisam seguir lado a lado, para que as intervenções sejam eficazes e sustentáveis. Algumas ferramentas fundamentais para os governos locais empregarem ao adotar essas abordagens são apresentadas, incluindo a mobilização de recursos financeiros maiores, a formação de parcerias com organizações comunitárias (e outros interessados) e a formulação e implementação de estratégias holísticas para assentamentos humanos de toda a cidade.

Através do desenvolvimento de estratégias holísticas de maneira participativa, formando parcerias para aumentar a capacidade de provimento e mobilizando recursos adicionais, os governos locais podem garantir que, ao longo do tempo, cada vez menos famílias vivam em condições inadequadas e, em última instância, que a moradia e demais condições de vida de todos os residentes melhorem progressivamente. Em todos os aspectos, é crucial que os residentes urbanos tenham espaço para participar do desenvolvimento, da implementação e do monitoramento dessas estratégias.

Este guia não se destina a especialistas, mas pretende ajudar a capacitar funcionários dos governos nacionais e locais e formuladores de políticas que precisam aprimorar rapidamente sua compreensão dos problemas das moradias populares.

# GOVERNOS URBANOS LOCAIS EM ÁFRICA

Em geral, os governos locais na África convivem com graves limitações de capacidade e recursos – por exemplo, em termos de pessoal e finanças – e enfrentam grandes desafios para desempenhar seu papel como parte de um sistema organizado de ação coletiva (envolvendo as esferas individual, institucional, pública e privada) na gestão dos assuntos comuns da localidade. É fundamental, porém, que os governos locais da África sejam habilitados a se tornar atores-chave na boa governança urbana – por meio de um processo contínuo, no qual diferentes interesses são atendidos – se a meta for assegurar que todos os residentes das cidades africanas possam ter acesso a terras convenientemente situadas, serviços, moradia adequada e benefícios da vida urbana. Muitos órgãos governamentais locais da África têm conseguido confrontar seus desafios urbanos com sucesso, sendo inovadores e dispendo-se a se envolver com outros interessados-chave, como a sociedade civil. Também houve uma significativa transformação dos governos locais nas últimas décadas, com ênfase na descentralização combinada à corporatização/privatização e parcerias com diversos atores, entre os quais as comunidades.



## O governo local no período colonial e pós-independência

Na maior parte da África, o governo local urbano tem por base os sistemas de governo local estabelecidos durante a época colonial. Nos países francófonos da África, por exemplo, o governo urbano seguia o modelo francês. As cidades maiores contavam com conselhos e prefeitos eleitos, sendo responsáveis por uma gama significativa de serviços locais. Mas, logo após a independência, os governos nacionais de países como Senegal e Costa do Marfim assumiram o controle das cidades maiores, explicitamente devido à sua insolvência financeira e incompetência administrativa, mas implicitamente a fim de controlar uma potencial oposição política.<sup>1</sup> De modo semelhante, na África anglófona, conselhos locais eleitos haviam sido estabelecidos ao fim do período colonial, mas seu desempenho ficou muito aquém de suas responsabilidades e crescentes demandas, e sua autonomia política e base fiscal foram progressivamente erodidas durante os anos 1960 e 1970. Os governos centrais geralmente não concedem aos governos locais fundos adequados nem capacidade fiscal, nem garante que eles tenham poderes suficientes de tomada de decisão e pessoal treinado para enfrentar os desafios urbanos à sua frente.<sup>2</sup> Por exemplo, o governo local foi abolido no início da década de 1970 na Tanzânia e substituído pela administração do governo central (com certa descentralização para as regiões).

Nos anos 1980, muitos governos nacionais estavam começando a reconhecer a importância do governo municipal local, que foi restabelecido em muitos países. Na Tanzânia, isso foi uma resposta direta a diversas falhas no sistema de administração direta, incluindo um surto de cólera em áreas urbanas.<sup>3</sup> Em certos países, a importância do governo metropolitano sempre foi reconhecida, resultando no estabelecimento da Cidade de Abidjan, em 1980, e de um órgão semelhante em Dakar, em 1983.

Nos países lusófonos, em particular Angola e Moçambique, não houve tradição colonial de um governo local eleito, e diversas décadas de conflito atrasaram as reformas de descentralização que haviam ocorrido no restante da África. Mais recentemente, houve um movimento no sentido da criação de governos locais democráticos, como, por exemplo, a introdução de estruturas locais do governo eleito em Moçambique pela primeira vez na década de 1990s.

Governos e agências internacionais gradativamente reconheceram que uma gestão urbana melhorada, a descentralização e a democracia local estão interligadas, e durante a década de 1990 houve novas tentativas de descentralização no nível do governo local, ligadas à democratização do Estado. No entanto, a descentralização das responsabilidades para o governo local raramente foi acompanhada da transferência dos recursos necessários para que este efetivamente assumisse tais responsabilidades.<sup>4</sup>

## DIFERENÇAS ENTRE GOVERNOS LOCAIS

O *status*, os poderes e as funções do governo local variam consideravelmente em toda a África. A natureza dos órgãos governamentais locais pode ir desde governos locais democraticamente eleitos, com diversas fontes de renda e responsabilidades pela provisão de uma ampla gama de serviços, até governos locais nomeados que dependem do governo nacional para obter receitas e cujas responsabilidades são limitadas.

A Somália, por exemplo, representa um *continuum* de diferentes tipos de órgãos governamentais locais:<sup>5</sup>

- Nas regiões sul e central da Somália não há órgãos governamentais locais (embora em algumas localidades existam iniciativas da sociedade civil que tentam fechar essa lacuna).
- Na região de Puntland há fracos órgãos governamentais locais nomeados.
- Na região de Somaliland, existem órgãos governamentais locais democraticamente eleitos e funcionais.

No Egito, por outro lado, autoridades eleitas e nomeadas coexistem, numa hierarquia paralela e vinculada de funcionários nomeados e conselhos populares eleitos.<sup>6</sup>

Em alguns casos, existem diferentes níveis de governo local, por exemplo, o governo metropolitano dual, como em Abidjan, na Costa do Marfim.

Apenas em poucos países (p.ex. África do Sul e Namíbia) o governo local está previsto na Constituição. Na maioria dos países, o governo local é criado pelo governo central, e portanto recebe seus poderes e responsabilidades de estatutos ou decretos habilitadores.<sup>8</sup> Os poderes e as funções do governo local podem, assim, variar consideravelmente. Embora todos os órgãos governamentais locais tenham ao menos alguma responsabilidade em funções como planejamento urbano e coleta de lixo, apenas alguns são responsáveis por funções importantes, tais como abastecimento de água, estradas e eletricidade (ver Tabela 1 na página 4).



## O GOVERNO METROPOLITANO DE ABIDJAN



Em 1980, o governo da Costa do Marfim criou uma estrutura política e administrativa dual para a área metropolitana de Abidjan. No nível inferior havia dez comunas, com prefeitos e conselhos eleitos que eram responsáveis pelas funções locais, como administração de mercados, alocação de terrenos para fins públicos, manutenção de clínicas e escolas primárias, e operação de instalações sociais. As principais funções do governo no nível superior eram disposição e gestão de resíduos; saneamento, regulamentação de trânsito, manutenção de vias e parques; e planejamento urbano. O prefeito do conselho metropolitano do nível superior foi escolhido por seus colegas de comuna. Os principais serviços de utilidade pública, como água e eletricidade, eram gerenciados por empresas privadas e licenciadas.

Em 2002, a Cidade de Abidjan foi substituída pelo Distrito de Abidjan com um governador (nomeado pelo presidente para um mandato de cinco anos) e um conselho distrital (dois terços dos 61 membros são diretamente eleitos e um terço é escolhido pelas comunas). Além das dez comunas originais, o novo Distrito de Abidjan também incluiu três subprefeituras na periferia urbana. A distribuição de funções entre o distrito e as comunas é igual que havia entre a antiga “Cidade de Abidjan” e as comunas.<sup>7</sup>

## RESPONSABILIDADES DOS GOVERNOS LOCAIS URBANOS

As responsabilidades por funções centrais, como planejamento urbano, podem às vezes ser compartilhadas entre governo local e outros níveis da administração. Muitos países dependem extremamente de agências centralizadas para preparar planos de desenvolvimento urbano e regional. Por exemplo, no Egito, a Organização Geral de Planejamento Físico, do Ministério de Habitação, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano, prepara os planos diretores das cidades egípcias.<sup>9</sup>

Os poderes amplamente variáveis do governo local em diferentes países refletem-se na proporção dos gastos totais do governo local. No Quênia, por exemplo, o gasto do governo local corresponde a apenas 1,3% dos gastos governamentais totais, enquanto na África do Sul responde por 16,9% do gasto governamental total.<sup>10</sup>

TABELA 1: FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS URBANOS LOCAIS EM PAÍSES AFRICANOS SELECIONADOS<sup>11</sup>

Função	Nigéria (autoridades governamentais locais)	Camarões (governos locais)	Uganda (distritos governamentais locais urbanos)	Tanzânia (governos locais urbanos)	Mozambique (municipalities)	Moçambique (municípios)
Abastecimento de água	—	—	○	●	○	●
Saneamento	○	●	●	●	○	●
Coleta / disposição de resíduos	●	●	●	●	○	●
Estradas urbanas	—	●	—	●	○	●
Ferrovias urbanas	—	●	—	—	—	—
Eletricidade	—	—	—	○	—	●
Habitação	—	●	—	●	○	○
Planejamento urbano	○	●	●	●	○	●
Parques e áreas ao ar livre	●	●	●	●	○	●
Cemitérios e crematórios	●	●	●	●	○	●
Museus e bibliotecas	—	●	●	●	—	○
Clínicas de cuidados primários de saúde	●	○	●	●	—	○
Hospitais	—	○	●	○	—	—
Educação pré-escolar	●	—	●	—	—	—
Educação primária	○	—	●	●	—	—
Educação secundária	—	—	●	—	—	●
Proteção contra incêndio	—	—	●	—	—	●
Polícia	—	—	—	○	—	○
Promoção econômica	—	○	—	○	○	○
Promoção turística	—	○	●	○	○	○

● Responsabilidade pela prestação do serviço dividida com outros níveis de governo

○ Único responsável pela prestação do serviço

## MUDANÇAS NA ATUAÇÃO DOS GOVERNOS LOCAIS

Simultaneamente ao aumento da descentralização nas últimas décadas, houve uma mudança na forma de operação dos governos locais. Tal modificação foi associada à tendência global de privatização, corporatização e parcerias público-privadas no governo local (que muitas vezes é chamada de abordagem da “Nova Gestão Pública”). A implementação de Programas de Ajuste Estrutural em muitos países ajudou a introduzir essas mudanças. Na Nigéria, por exemplo, desde os anos 1990, os serviços públicos anteriormente administrados pelos governos locais (como centros de saúde, escolas primárias e secundárias, abastecimento de água, conservação de estradas, administração de instalações públicas e parques) foram em grande parte privatizados.<sup>12</sup> Além disso, em muitos países da África, a maioria dos projetos de desenvolvimento e redesenvolvimento urbano está agora estruturada como parcerias público-privadas.

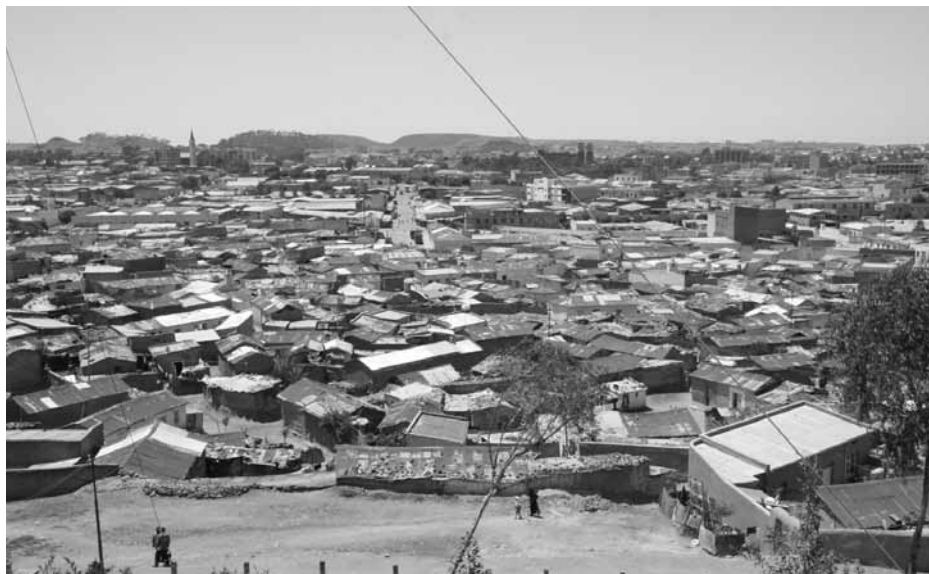
Mesmo nos países que não estavam inseridos nos Programas de Ajuste Estrutural, como a África do Sul, as pressões e tendências globais resultaram em mudanças semelhantes. Por exemplo, a cidade de Johannesburgo foi ativa em sua reestruturação e na corporatização e privatização da prestação de serviços. Conta, hoje, com uma rede de “serviços de utilidade pública, agências e entidades corporatizadas”, incluindo Johannesburg City Parks, Johannesburg Property Company, Johannesburg Tourism Company e Johannesburg Water. Existem várias preocupações que surgem quando serviços básicos são corporatizados e privatizados. A mais importante é que essa estratégia reduza o potencial de subvenção cruzada dos preços dos serviços dentro do orçamento do governo local, a fim de assegurar aos pobres maior acesso a serviços a preços razoáveis.

A Tabela 2 apresenta as características-chave do modelo “público-privado” de gestão urbana que se tornou prevalente na África durante os anos 1990.

TABELA 2: O MODELO DE GESTÃO URBANA DO SETOR PÚBLICO-PRIVADO<sup>13</sup>

ATORES	RESPONSABILIDADES
Governo central	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle político e administrativo dos governos locais</li> <li>- Fornecimento limitado de dotações e empréstimos</li> <li>- Maior ênfase na coordenação</li> </ul>
Governos locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formalmente mais descentralizados</li> <li>- Prestação e manutenção de serviços básicos</li> <li>- Controle do desenvolvimento; elaboração de planos de coordenação</li> <li>- Prestação direta de serviços limitada</li> </ul>
Setor privado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prestação de serviços: água, saneamento, eletricidade</li> <li>- Prestação de serviços de saúde e educação superior</li> <li>- Renovação urbana e empreendimentos habitacionais</li> <li>- Transportes públicos</li> <li>- Telecomunicações</li> </ul>
Setor não governamental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento de intervenções em nível local (alimento por trabalho; melhoramento)</li> <li>- Prestação de serviços sociais</li> <li>- Foco em pobreza, atividades informais e acesso ao crédito</li> <li>- Auxílio emergencial a refugiados e sua reabilitação</li> <li>- Defesa da posse da terra e dos direitos civis</li> </ul>

# DESAFIOS URBANOS E OPORTUNIDADES PARA OS GOVERNOS LOCAIS DA ÁFRICA



A população urbana da África é numerosa, e está aumentando. A população urbana africana total em 2005 era de 347 milhões<sup>14</sup> e a atual taxa média de crescimento urbano é de 3,3% ao ano.<sup>15</sup> Isso significa que há mais de 10 milhões de pessoas sendo acrescentadas à população de cidades africanas todos os anos. Simultaneamente, a proporção da população total da África que vive em áreas urbanas cresceu de 23,6% em 1970 para 39,1% em 2008.<sup>16</sup> O número de cidades grandes na África também cresceu drasticamente. Em 1995 havia 28 cidades na África com mais de um milhão de habitantes; em 2005, esse número aumentara para 43 cidades.<sup>17</sup>

Ao contrário da urbanização em algumas partes do mundo, o rápido crescimento populacional urbano na África (com a possível exceção do Norte da África e da África do Sul) está ocorrendo amplamente em países e regiões onde não houve industrialização e desenvolvimento econômico acelerados. Com

isso, a urbanização na África assumiu uma forma diferente da que é vista em muitas outras partes do mundo.<sup>18</sup>

Durante os anos 1950 e 1960, quando a maioria dos países africanos tornou-se independente, a ideia ocidental e “modernista” das cidades e de “cityness” era dominante. Segundo essa visão, as cidades eram lugares onde sistemas administrativos, serviços sociais e estilos de vida “progrediam” usando formas cada vez mais modernas de tecnologia e maneiras de organizar as pessoas e atender às suas necessidades. A África modernista floresceu após a independência, quando novos governos nacionais viram as cidades de seus países como lugares onde as ideias ocidentais de progresso e modernidade poderiam ser implementadas.<sup>19</sup> As capitais dos novos Estados cresceram particularmente depressa, porque o funcionalismo governamental expandiu-se drasticamente após a independência e atraiu serviços e atividade comercial; isso, por sua

vez, inspirou mais migração rural-urbana entre a população, que viu as cidades como lugares de esperança econômica e potencial para o desenvolvimento pessoal.

Durante as décadas de 1960 e 1970, porém, as populações urbanas africanas começaram a ultrapassar a capacidade da economia de fornecer emprego (o que algumas vezes é chamado de “superurbanização”), resultando no rápido crescimento de favelas (p.ex., assentamentos informais). A típica resposta dos governos, pelo menos no início, foi demolilas, mas com o tempo essa estratégia tornou-se cada vez mais insustentável. À medida que aumentava a incapacidade dos governos locais de fornecer serviços básicos aos novos residentes urbanos, e mesmo de manter a infraestrutura existente, em meados/fins da década de 1970 muitas cidades africanas haviam mergulhado numa crise, ligada à crise econômica global e à mudança que ocorria ao mesmo tempo.<sup>20</sup>

Nas últimas décadas, a migração rural-urbana diminuiu em muitos países do continente, mas algumas cidades continuaram a experimentar uma acelerada migração urbana como resultado de conflitos civis, à medida que as pessoas procuravam um porto seguro nas área periurbanas de cidades como Kinshasa e Luanda. No entanto, seja qual forem os motivos por trás da tendência de urbanização na África, é improvável que o desafio das favelas para os governos locais na África Subsaariana se dissipe, uma vez que as taxas de crescimento urbano e de formação de favelas são praticamente as mesmas na região.

## A INFORMALIDADE CRESCENTE NAS CIDADES AFRICANAS

O resultado da rápida urbanização e a incapacidade do Estado de gerenciá-la vem fazendo crescer a informalidade nas cidades, ou seja, assentamentos e atividades que não são regulamentadas pelo Estado, das maneiras burocráticas tradicionais. Esse crescimento da informalidade tornou-se a característica-chave das cidades africanas nas últimas décadas. O crescimento das favelas é a manifestação mais tangível desse crescimento na informalidade – mais de 50% da população urbana africana vive hoje em favelas.

As favelas podem ser definidas como áreas onde os residentes não contam com abastecimento de água e saneamento adequados, moradias duráveis e/ou espaço habitável suficiente (ou seja, mais de três pessoas dividindo cada cômodo habitável). A extensão das favelas na África varia amplamente – em alguns países mais de 90% da população urbana vive em favelas, enquanto em outros essa proporção é de menos de 20%.

TABELA 3: POPULAÇÕES VIVENDO EM FAVELAS NOS PAÍSES AFRICANOS<sup>21</sup>

País	População em favelas como proporção da população urbana total (%)
Serra Leoa	97.00%
Sudão	94.20%
República Centro-Africana	94.10%
Chade	91.30%
Angola	86.50%
Guiné-Bissau	83.10%
Níger	82.60%
Etiópia	81.80%
Madagáscar	80.80%
Moçambique	79.50%
República Democrática do Congo	76.40%
Somália	73.50%
Benin	71.80%
Ruanda	71.60%
Uganda	66.70%
Malauí	66.40%
Tanzânia	66.40%
Guiné Equatorial	66.30%
Mali	65.90%
Nigéria	65.80%

País	População em favelas como proporção da população urbana total (%)
Burundi	64.30%
Togo	62.10%
Burkina Fasso	59.50%
Zâmbia	57.20%
Costa do Marfim	56.20%
Kenya	54.80%
República do Congo	53.40%
Camarões	47.40%
Guiné	45.70%
Gâmbia	45.40%
Gabão	38.70%
Senegal	38.10%
Lesoto	35.10%
Namíbia	33.90%
África do Sul	28.70%
Zimbábue	17.90%
Egito	17.10%
Marrocos	13.10%
Argélia	11.80%
<b>Total África</b>	<b>50.90%</b>

*Obs.: A tabela exclui países para os quais não há dados disponíveis.*

## A NATUREZA DAS CIDADES AFRICANAS

As cidades africanas em evolução, como Lagos e Kinshasa, são muito diferentes do ideal ocidental e modernista de uma cidade. Elas foram descritas como “grandes cidades com pouco transporte público, políticas caóticas de posse da terra, acesso precário a empregos formais remunerados, carentes de espaços públicos que dêem aos cidadãos de uma cidade, ao menos em linguagem modernista, um senso de pertencimento e orgulho”.<sup>22</sup>

Algumas pessoas que estudam o desenvolvimento urbano viram essa transformação da cidade africana como um renascimento cultural, como a genuína africanização da cidade africana. Elas argumentam que as cidades africanas tornaram-se centros criativos, onde novas formas de cultura e novos tipos de associações comunitárias estão emergindo, e desempenhando um importante papel. Isso levou, por exemplo, à descrição de

Nairóbi como uma “cidade de auto-ajuda” e de Lagos como uma colcha de retalhos de “auto-organização”.<sup>23</sup>

Junto com novas formas de organização, novas formas culturais também emergiram nas cidades – novas formas de arte, artesanato, música, escrita. As cidades africanas também estão cada vez mais desempenhando um importante papel econômico – por exemplo, Lagos tem apenas cerca de 10% da população da Nigéria, mas responde por 90% do comércio externo total do país.<sup>24</sup>

É importante enfatizar que as cidades africanas são muito complexas e diversas. Por exemplo, a natureza das favelas difere consideravelmente de cidade para cidade (e mesmo dentro das cidades), como indica a Tabela 4.

TABELA 4: NÍVEL DE PRECARIÉDADE DA HABITAÇÃO EM CIDADES AFRICANAS SELECIONADAS<sup>25</sup>

Cidade	% sem acesso a abastecimento de água adequado	% sem acesso a saneamento adequado	% sem acesso a um andar principal finalizado	% sem acesso a espaço habitável suficiente
Cairo, Egito (2003)	0.01%	10.80%	1.10%	4.00%
Addis Ababa, Etiópia (2005)	0.10%	28.20%	16.60%	35.00%
Nairóbi, Quênia (2003)	6.70%	18.50%	12.60%	18.30%
Lagos, Nigéria (2003)	11.80%	23.10%	0.20%	39.20%
Porto Novo, Benin (2006)	23.00%	30.90%	5.70%	27.00%
Douala, Camarões (2004)	13.10%	24.50%	11.90%	9.60%
Kinshasa, República Democrática do Congo (2000)	33.60%	17.30%	15.50%	23.60%
Luanda, Angola (2000)	32.70%	31.20%	32.40%	41.60%
Harare, Zimbábue (2005)	0.80%	1.60%	0.80%	17.50%



# PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PARA PROMOVER A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO



Como os governos locais podem enfrentar os desafios de melhorar condições de vida inadequadas e tirar proveito da criatividade das comunidades? A experiência internacional demonstra que intervenções de cima para baixo e em um único setor fracassaram em lidar com desafios urbanos complexos. Cada vez mais reconhece-se que, a fim de poder criar assentamentos humanos produtivos, inclusivos, sustentáveis e bem-governados, é importante planejar as intervenções de maneira participativa e adotar uma abordagem integrada para o desenvolvimento urbano.

Essa mudança de curso ficou particularmente evidente com relação aos programas de melhoramento urbano. No passado, esses programas focalizavam o fornecimento de infraestrutura física e com frequência eram de cima para baixo e pouco participativos. Os programas urbanos mais recentes apresentaram uma tendência a abordagens mais integradas e maior ênfase na participação comunitária.<sup>26</sup>

O planejamento participativo é importante, uma vez que as intervenções de desenvolvimento urbano só são propensas a atender às necessidades reais dos residentes se estes, através da representação por organizações comunitárias democráticas e responsáveis, puderem participar ativamente dos processos de tomada de decisão. Em particular, é importante que mulheres, jovens e outros grupos marginalizados sejam ativamente incorporados aos processos participativos.

## CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA BEM-SUCEDIDA

A **Agenda Habitat II** descreve as pré-condições essenciais para o sucesso dos processos participativos:

O desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis requer o envolvimento ativo de organizações da sociedade civil, bem como a participação geral de todas as pessoas. Requer igualmente um governo receptivo, transparente e responsável em nível local. Tanto o engajamento civil e quando o governo responsável necessitam do estabelecimento e fortalecimento de mecanismos participativos, incluindo o acesso à justiça e o planejamento de ações comunitárias, que vão assegurar que todas as vozes sejam ouvidas na identificação de problemas e prioridades, na definição de metas, no exercício de direitos legais, da determinação de padrões de serviços, na mobilização de recursos e na implementação de políticas, programas e projetos. As pré-condições para o engajamento ativo das organizações da sociedade civil e para a participação geral incluem:

- **Empreender a educação sobre direitos civis e humanos, e programas de treinamento**, utilizando todas as formas de campanhas de mídia, educação e informação, a fim de promover o espírito cívico e a conscientização dos direitos e responsabilidades civis, bem como os meios de exercê-los, dos papéis em transformação de mulheres e homens e dos problemas relacionados a assentamentos humanos sustentáveis e qualidade de vida.
- **Estabelecer mecanismos consultivos regulares e gerais** para envolver a sociedade civil nas tomadas de decisão, para que estas reflitam suas diversas necessidades.
- **Estabelecer mecanismos participativos na definição das agendas**, possibilitando a indivíduos, famílias, comunidades, povos indígenas e sociedade civil desempenhar um papel proativo na identificação de necessidades e prioridades locais, bem como na formulação de novas políticas, planos e projetos.<sup>27</sup>

## ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

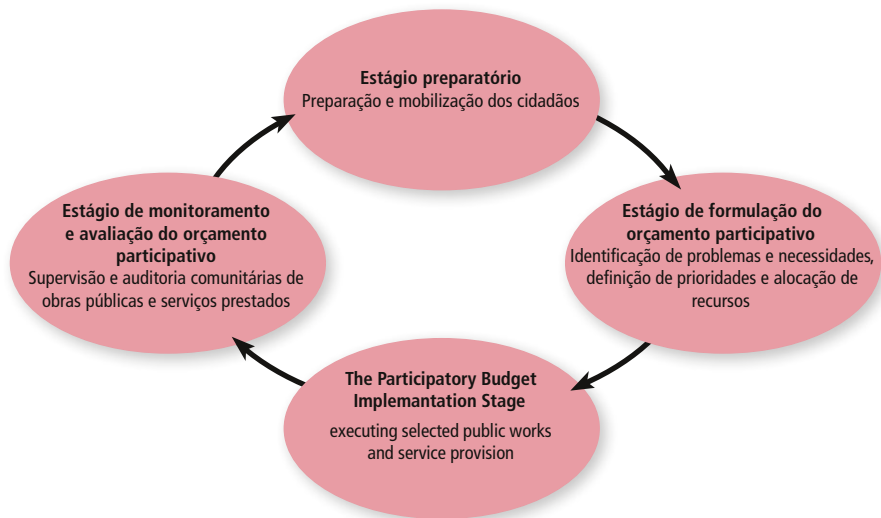
O orçamento participativo é um aspecto especialmente importante do planejamento participativo. O diagrama abaixo mostra as etapas típicas num processo de orçamento participativo. Cada etapa é discutida em detalhe abaixo do diagrama.<sup>28</sup>

- **Estágio preparatório:** Este é o estágio de projeto do orçamento. Envolve a distribuição de informações, a discussão inicial de políticas e prioridades pelos cidadãos em suas localidades, estimativas de receita, o estabelecimento da alocação geral de recursos ou critérios e metodologia orçamentários, a organização de estruturas participativas relevantes e a eleição e definição do número de representantes

eleitos. Tudo isso pode levar seis meses a um ano para ser concluído.

- **Estágio de formulação do orçamento participativo:** Este estágio diz respeito sobretudo à definição de prioridades e permite que os cidadãos, direta ou através de seus representantes, definam prioridades e decidam sobre projetos de investimento. Envolve a realização de reuniões do comissão do orçamento participativo e o debate e a votação de propostas de orçamento pelo comitê ou instituição equivalente. Esta é a fase em que políticas e projetos que serão implantados pelo município no ano fiscal seguinte (ou mesmo em dois anos)

## O CICLO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO



são discutidos. As principais atividades associadas a este estágio incluem a elaboração de critérios de priorização e de mecanismos de tomada de decisão para a definição de prioridades.

- **Estágio de implementação do orçamento participativo:** Este é o verdadeiro estágio de solução de problemas. Em diálogo com a comissão do orçamento participativo, integrantes do *staff* municipal, de vários departamentos, preparam planos e contratos técnicos. Neste estágio, o processo de implementação do orçamento normalmente envolve o complexo processo de contratar serviços ou obras públicas que incluem planejamento detalhado, redação das especificações técnicas, convites à manifestação de interesse, licitação, abertura e seleção de propostas, adjudicação de propostas, assinatura de memorandos de entendimento com os vencedores da licitação e, então, a execução dos projetos. Conselheiros e cidadãos envolvidos no orçamento participativo monitoram as implementações do orçamento, através do

monitoramento no local e da avaliação da implementação do projeto. Isso também é feito de modo participativo, para assegurar que tudo saia como planejado em termos de recursos físicos e prazos. Além de examinar o processo de implementação, esta etapa ajuda a ajustar os planos, se necessário, e a criar novas estratégias utilizando as lições aprendidas e boas práticas encontradas durante a implementação.

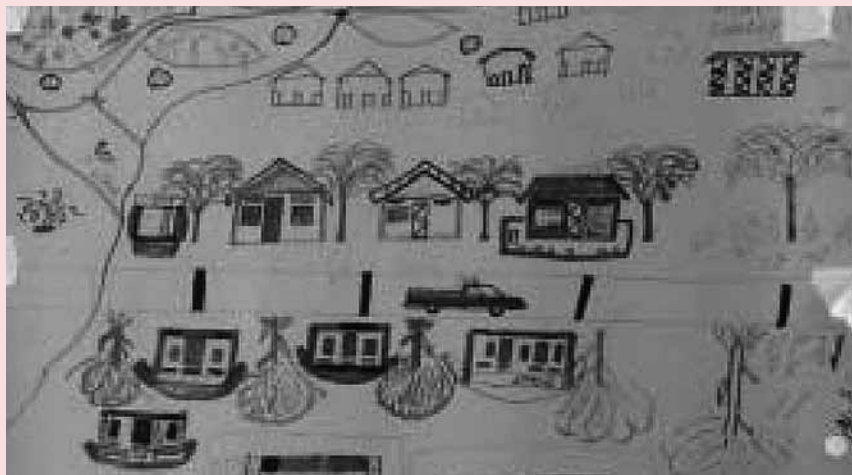
- **Estágio de monitoramento e avaliação do orçamento participativo:** As autoridades locais devem fornecer aos cidadãos relatórios periódicos do desempenho do orçamento. Esses relatórios apresentarão o *status* da implementação do projeto e os problemas encontrados. Visitas participativas periódicas ao local também podem ser organizadas. Cartões de pontuação comunitários também podem ser usados para monitoramento e avaliação.

Existem vários exemplos bem-sucedidos de planejamento e orçamento participativos na África. O processo de planejamento urbano

estratégico em Berbera, Somália, é um exemplo de planejamento participativo em escala municipal, enquanto o processo de planejamento de Kitale, Quênia, é um exemplo

de planejamento participativo em escala de bairro. O orçamento participativo também foi utilizado com êxito em Moçambique.

## PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO EM BERBERA, SOMÁLIA



A cidade de Berbera vem executando uma série de etapas em direção a um desenvolvimento urbano eficaz e integrado, em colaboração com a ONU-HABITAT:

- Um perfil da cidade, realizado por uma equipe de especialistas locais, preparou o banco de dados necessário para o processo de planejamento participativo e ofereceu uma oportunidade para identificar e mobilizar interessados-chave.
- Uma consulta à cidade, que construiu uma visão comum do futuro desejado para a cidade, identificou necessidades prioritárias e áreas relacionadas para intervenção estratégica, e alcançou um acordo sobre os planos de ação a serem implementados e os papéis dos diferentes interessados relevantes. Esse processo reflete-se no Pacto Urbano de Berbera. A visão coletiva é a de Berbera como uma “cidade dinâmica, bela, pacífica e moderna de comércio internacional, com intensas atividades portuárias e industriais, meio ambiente limpo e excelentes serviços e infraestrutura”.
- Uma análise espacial urbana, que oferece um entendimento espacial básico da cidade e destaca os desafios e as áreas de intervenção prioritárias num plano de desenvolvimento estratégico proposto.
- Um plano de ação, acordado com os interessados locais durante o processo de consulta. Inclui vários projetos, tais como: reabilitação do parque Bursade como espaço recreacional e educacional para jovens e crianças (construção de ginásio esportivo, quadra de basquete, biblioteca, salas de aula); capacitação de conselhos distritais e outras estruturas comunitárias para planejamento e execução de projetos de desenvolvimento; e aumento da geração de receitas municipais através de registro e tributação de propriedades.<sup>29</sup>

## PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO EM KITALE, QUÊNIA

A maioria da população de Kitale (65%) vive em assentamentos informais, sem acesso a serviços essenciais como água e saneamento. Os residentes, portanto, tinham de usar a água poluída de fontes, e a disposição de excrementos em espaços abertos era comum. Os residentes não podiam influenciar a tomada de decisão sobre planos e orçamentos municipais. Devido à atmosfera politicamente carregada, esses processos raramente eram transparentes, e os projetos que foram em frente não atenderam às necessidades dos pobres.

Em resposta, o Conselho Municipal de Kitale e o Ação Prática (antigo Grupo de Desenvolvimento Tecnológico Intermediário) formou uma parceria em 2001. Foi estabelecido um processo de planejamento participativo no qual, pela primeira vez, as necessidades foram prorizadas em conjunto e as estratégias de implementação desenvolvidas também em conjunto. Um levantamento sistemático conduzido durante 2001 identificou a necessidade de uma gama mais ampla de serviços em toda a cidade. Um inventário de todos os interessados foi elaborado para identificar potenciais parceiros e áreas de colaboração. O levantamento destacou os três assentamentos informais mais carentes. Em cada um deles, um processo de planejamento participativo de bairro produziu planos de desenvolvimento e investimento, e guiou a implementação de soluções inovadoras.

O propósito dos processos iniciais de planejamento participativo foi garantir que as prioridades dos residentes mais pobres da cidade fossem adotadas como prioridades para as ações e para a alocação de recursos pela autoridade local e outras organizações do setor público e privado. Esse processo de planejamento foi liderado pelos residentes de assentamentos marginalizados e incluiu um papel proeminente para grupos de mulheres. O Ação Prática desempenhou o papel de facilitador para reunir diferentes interessados. A autoridade local supervisionou e coordenou os esforços, e alocou recursos financeiros e humanos para implementar os planos.

Os planos de bairro formaram a base dos objetivos. As principais prioridades incluíram água e saneamento, geração de renda e uma passarela sobre a íngreme ravina de um rio. A estratégia-chave foi criar e fortalecer as parcerias para mobilizar recursos e expertise, transformando planos em realidade. A promoção de conceitos acerca do tema “A Kitale que queremos” e a promoção do perfil da iniciativa através de um boletim de ampla distribuição ajudou a atrair mais parceiros. A abordagem representou uma transformação dos “negócios de sempre”, em que o município tentara (e fracassara) fazer tudo sozinho. A capacitação de comunidades locais foi um componente essencial da estratégia, para habilitá-las a participar de forma ativa e eficiente. As ações iniciais foram cuidadosamente planejadas para demonstrar os benefícios proporcionados pela identificação de soluções locais apropriadas, encorajando assim um maior investimento por outros interessados.

O programa foi mais tarde estendido a outros assentamentos informais, e inclui uma gama de intervenções de pequena escala, gerenciadas localmente, que incluem:

- Construção de uma passarela de 70 metros de largura, usada diariamente por centenas de crianças de escola, comerciantes e residentes.
- Pontos de água administrados pela comunidade, que fornecem água potável para mais de 65 000 residentes, proteção de fontes e pontos de água, e instalações sanitárias comunitárias.
- As comunidades que adquiriram habilidades em dirigir pequenos negócios agora mantêm esquemas de poupança ativa diária e de crédito.
- Atitudes e comportamentos começaram a mudar como resultado do programa Transformação Participativa em Higiene e Saneamento (PHAST), através do qual os residentes ganham autonomia para monitorar a qualidade da água e organizar limpezas ambientais, e 17 das escolas primárias da cidade participam do programa.<sup>30</sup>

## ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM DONDO, MOÇAMBIQUE

Em 1999, o município de Dondo, em Moçambique, iniciou um processo de orçamento participativo. Os Conselhos de Desenvolvimento Comunitário e os Conselhos Consultivos Municipais foram estabelecidos para assegurar que a sociedade civil, organizações não governamentais e setor privado participassem do processo de orçamento em bases territoriais ou temáticas. Esses órgãos formulam propostas baseadas na avaliação das atividades municipais e na análise situacional, que são encaminhadas à Assembleia Municipal para discussão e aprovação.

As razões do município para adotar uma abordagem participativa na elaboração do orçamento foram:

- Pode melhorar a eficiência e a efetividade no uso dos recursos públicos.
- Pode promover a alocação sustentável dos recursos.
- Pode promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades.
- Os cidadãos devem sempre participar dos processos de tomada de decisão.

Os principais sucessos do processo de orçamento participativo em Dondo foram:

- mais envolvimento dos residentes na identificação de soluções locais para problemas locais;
- mais receptividade do município em relação às preocupações dos residentes;
- mais iniciativas de investimento.

Os principais pontos fracos do processo de orçamento participativo foram:

- falta de representatividade;
- pouco entendimento dos problemas-chave a serem enfrentados no processo;
- uso da mesma metodologia para diferentes tipos de problemas e grupos-alvo.

O município de Dondo está tentando superar esses pontos fracos através do seguinte:

- aumento da conscientização pública sobre o processo de orçamento participativo (utilizando rádio, panfletos, manuais, etc.);
- aumento de recursos internos e externos para a implementação do processo de orçamento participativo;
- ligação com interessados em relação às maneiras de melhorar o processo.<sup>31</sup>





Entre as perguntas-chave a serem feitas para testar quão participativo é um plano ou uma estratégia encontram-se as seguintes:

- Confere suficiente controle aos participantes das bases?
- Apoia-se em redes, processos comunitários, costumes e normas existentes?
- Cria novas redes para incluir os grupos mais marginalizados?
- Focaliza os pontos fortes da comunidade e os sistemas de terras?
- Utiliza mecanismos representativos conforme os processos são ampliados?
- Tem objetivos claros?
- Contém estratégias de informações eficazes?
- Atende a necessidades imediatas e recursos de modo a evitar a fadiga de participação?
- Investe na capacidade de participação das bases num estágio inicial?
- Atende à necessidade de apoio político e transformação social?
- Adota padrões mínimos para os processos de participação?
- Contém responsabilidade pela participação e inclui mecanismos de solução de conflitos?<sup>32</sup>



## UMA ABORDAGEM INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO



Internacionalmente, houve um afastamento do foco no desenvolvimento físico e intervenções em um único setor para uma abordagem mais ampla, mais integrada e holística do desenvolvimento urbano. Essa abordagem foi descrita da seguinte forma: “As estratégias de habitação urbana devem fornecer mais do que moradias... A política de habitação local ... é sempre uma política de habitação “plus”, que envolve metas de desenvolvimento comunitário, metas ambientais, transportes urbanos e outras formas de infraestrutura (escolas, hospitais, creches, etc.).”<sup>33</sup>

*Integração pode significar muitas coisas, mas o significado-chave de uma abordagem integrada para o desenvolvimento urbano é que o desenvolvimento físico deve ocorrer como parte de uma estratégia de desenvolvimento social e econômico mais ampla, visando ao combate à pobreza, devendo sempre haver uma gama de intervenções complementares.*

Formular um conjunto integrado de intervenções requer um conhecimento holístico de pobreza e desenvolvimento. A **abordagem de meio de vida sustentável**, que remonta ao trabalho de Robert Chambers dos anos 1980 e 1990, é uma maneira útil de raciocinar holisticamente sobre pobreza e desenvolvimento.<sup>34</sup> Em termos dessa abordagem, um meio de vida compreende “capacidades, ativos (incluindo recursos materiais e sociais) e atividades necessários a um meio de vida. Um meio de vida é sustentável quando é capaz de lidar com choques e tensões, e deles se recuperar, e manter e intensificar suas capacidades e ativos agora e no futuro, sem destruir a base de recursos naturais”.<sup>35</sup>

Há várias abordagens para apoiar meios de vida e combater a pobreza. Pode ser feita uma distinção entre três diferentes estratégias, todas importantes:

- alívio da pobreza (tratar de necessidades básicas, como alimentação, moradia e água);
- redução da pobreza (reduzir a extensão da pobreza através da transferência de ativos,



capacitação, oportunidades de emprego, etc.);

- erradicação da pobreza (reformas institucionais que aumentam a força política dos pobres).<sup>36</sup>

A motivação essencial de uma abordagem integrada para a habitação é que a pobreza urbana é complexa e multidimensional, e

“intervenções num só setor não podem melhorar de modo sustentável as condições de moradia das famílias pobres urbanas”. Melhorar a moradia envolve “aumentar o capital humano através da melhoria de habilidades, do fortalecimento de grupos comunitários (capital social) e da facilitação do acesso ao crédito (capital financeiro), bem como da revisão de marcos regulatórios”.<sup>37</sup>

## A INTEGRAÇÃO ATRAVÉS DE PROGRAMAS COMPLEMENTARES

Na prática, uma abordagem integrada significa que as iniciativas de melhoramento de favelas precisam incluir uma gama de programas complementares que tratem das necessidades de desenvolvimento físico, social e econômico. Programas de melhoramento urbano integrado costumam incluir as seguintes intervenções:<sup>38</sup>

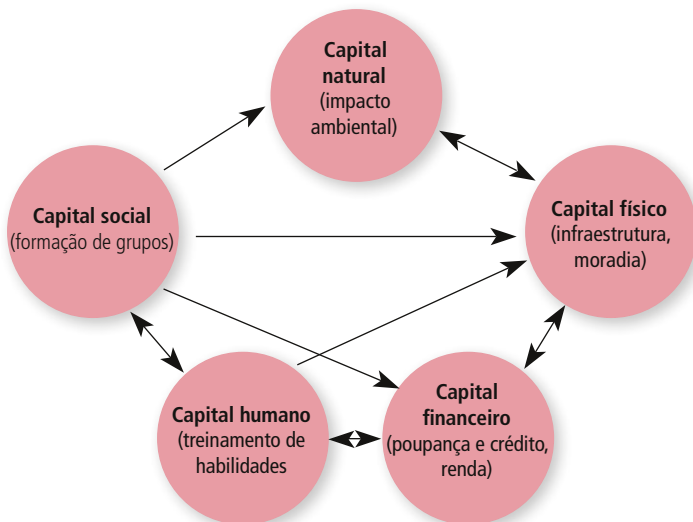
- **Desenvolvimento físico:** ruas, calçadas, drenagem de águas pluviais, abastecimento de água, saneamento, iluminação de vias públicas, gestão de resíduos sólidos.
- **Desenvolvimento social/humano:** formação de grupos de bairros e de mulheres, atividades para os jovens, formação de grupos de poupança, educação pré-primária,

alfabetização de adultos, saúde comunitária, assistência a mães e filhos.

- **Desenvolvimento econômico:** mobilização de poupança comunitária, apoio a atividades geradoras de renda através de treinamento vocacional/aperfeiçoamento de habilidades, e facilitação do acesso de pequenas empresas a financiamento e comércio.

O Projeto de Desenvolvimento Habitacional Urbano Integrado do Quênia e da Índia é um exemplo de como essas ligações podem funcionar na prática. As diferentes partes do projeto e as ligações entre elas são mostradas no diagrama abaixo. O projeto é descrito em detalhe na página seguinte.

### ABORDAGEM INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO, BASEADA NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL URBANO INTEGRADO DO QUÊNIA E DA ÍNDIA<sup>39</sup>



## O PROJETO HABITACIONAL URBANO INTEGRADO EM NAKURU, QUÊNIA

O Projeto Habitacional Urbano Integrado no Quênia e na Índia foi iniciado em 1999 pelo Grupo de Desenvolvimento de Tecnologia Intermediária para aumentar o acesso de famílias de baixa renda e dos pobres a moradia adequada, segura e garantida. O projeto também tinha a finalidade de identificar e promover uma estratégia de provimento de moradias sustentáveis para os pobres urbanos, a ser adotada pelos governos nacional e locais do Quênia e da Índia. O projeto usou o marco dos meios de vida sustentáveis para testar se as intervenções integradas nos setores de moradia e microempresa poderiam ter um impacto de longo prazo e a favor dos pobres nos meios de vida e na qualidade de vida geral das pessoas carentes que moravam e trabalhavam em assentamentos informais.

O Projeto Habitacional Urbano Integrado consistiu numa série de intervenções complementares: o estabelecimento de cooperativas habitacionais para melhorar as condições de moradia e infraestrutura; capacitação (p.ex. habilidades empresariais) e o estabelecimento de grupos de atividade geradora de renda (AGR) para estimular a atividade econômica; e o estabelecimento de grupos de poupança e de um fundo de crédito rotativo para aumentar o acesso a financiamentos. A intenção era assegurar a sustentabilidade da habitação e das intervenções de infraestrutura, garantindo maiores rendimentos para os residentes.

Uma avaliação do Projeto Habitacional Urbano Integrado realizada em 2003 constatou as seguintes realizações:

- *Formação de grupos (capital social):* 27 grupos de poupança e 16 grupos de AGR (com um total entre 200 e 300 membros) haviam sido estabelecidos. A entidade máxima das OCs, a Nakuru Affordable Housing and Environmental Cooperative (NAHECO), formada para coordenar as OCs nos assentamentos do projeto, estava facilitando suas atividades de desenvolvimento, networking e também de poupança e acesso a crédito. A NAHECO tinha mais de 450 membros, dos quais mais de 50% eram mulheres.
- *Geração de renda (capital humano/social/financeiro):* Foi fornecido treinamento técnico a 43 pessoas (28 mulheres e 15 homens), enquanto 103 pessoas (44 mulheres e 59 homens) receberam treinamento comercial. Esses trainees, por sua vez, treinaram outras pessoas. Várias máquinas de produção foram doadas aos grupos de AGR através da NAHECO. Dos 20 indivíduos cuja experiência no projeto foi analisada em fevereiro de 2003, 68% tiveram um aumento médio na renda mensal de 64%; 55% haviam contratado mais empregados; 75% estimaram que o volume de negócios aumentaria; e 85% estavam mantendo poupança.
- *Poupança e crédito (capital financeiro):* A NAHECO foi registrada como uma organização de poupança e crédito, e as ligações com instituições financeiras foram feitas para 27 grupos de poupança. O fundo rotativo da NAHECO desembolsou 12 empréstimos para empresas, 7 empréstimos imobiliários e 20 empréstimos haviam sido obtidos de instituições financeiras independentes do apoio do projeto, na época da avaliação.
- *Moradia (capital físico):* Cinco cooperativas habitacionais haviam se formado, e um grupo de inquilinos havia conseguido comprar terras nas quais estavam planejando construir moradias. Seis empréstimos comunitários haviam sido obtidos do fundo rotativo da NAHECO. Tecnologias alternativas mais acessíveis haviam sido efetivamente demonstradas, e cerca de 185 residências haviam sido construídas, bem como mais de 80 banheiros. O treinamento para conscientização em relação a saúde e higiene estava sendo realizado. Avaliações da água e do saneamento estavam sendo conduzidas em colaboração com o Conselho Municipal de Nakuru, e três comitês comunitários de água e saneamento foram estabelecidos para monitorar a prestação do serviço.<sup>40</sup>

## MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA DEFINIR ESTRATÉGIAS HOLÍSTICAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS



Os governos locais devem ter planos holísticos, multifacetados, realistas e implementáveis para assentamentos humanos para garantir que, com o tempo, cada vez menos famílias tenham condições de vida inadequadas e, em última instância, que as condições de vida de todos os residentes melhorem progressivamente. Tal plano precisa ser elaborado de modo participativo, com a real participação das organizações da sociedade civil. A fim de implementar esse plano, é essencial que os órgãos do governo local (i) mobilizem maiores recursos financeiros para aumentar e intensificar o provimento dos serviços; e (ii) mobilizem recursos adicionais e capacidade para o provimento dos serviços através das parcerias com organizações comunitárias e outros interessados.

### Estratégias holísticas para assentamentos humanos que atendam a cidade como um todo

É importante que os governos locais tenham estratégias holísticas para assentamentos humanos de toda a cidade que tenham sido

elaboradas de modo participativo e que possam guiar as ações do governo local (e outros interessados) na direção de objetivos em comum. Essas estratégias devem providenciar uma gama de ações em diferentes escalas, que tentem combater os desafios urbanos de maneira integrada, e facilitar o provimento de moradia, serviços, instalações e melhores condições de vida para todos. O conteúdo dessas estratégias deve incluir:

- planejamento espacial/planejamento de transporte e gestão do uso do solo para assegurar que todos os residentes tenham acesso a oportunidades econômicas, instalações comunitárias, comodidades recreacionais, entre outros, dentro de um ambiente de vida seguro e saudável;
- garantia de acesso à terra;
- garantia de acesso a infraestrutura e serviços básicos;
- facilitação da produção comunitária de moradias.
- Muitas das recomendações da Agenda Habitat II a esse respeito ainda são relevantes e importantes (ver páginas 20–23 deste guia).

O Grande Programa de Desenvolvimento Habitacional de Addis Ababa (página 24) e o programa de assentamentos humanos em Kigali (página 25) são dois exemplos

de estratégias de sucesso que lidaram com diversos desafios urbanos e resultaram numa melhora significativa das condições de vida.

## RECOMENDAÇÕES DA AGENDA HABITAT II PARA AS ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS



Os problemas-chave que as estratégias integradas para assentamentos humanos devem abordar incluem: planejamento espacial, planejamento de transportes e gestão do uso do solo, para assegurar que todos os residentes tenham acesso a oportunidades econômicas, instalações comunitárias, comodidades recreacionais, entre outros, dentro de um ambiente de vida seguro e saudável; garantir acesso a terra; garantir acesso a infraestrutura e serviços básicos; e facilitar a produção comunitária de moradias. A Agenda Habitat II, da qual muitos países africanos são signatários, contém muitas recomendações úteis com relação a essas questões.<sup>41</sup>

### Planejamento espacial/planejamento de transporte e gestão do uso do solo:

- Desenvolver informações integradas sobre as terras e sistemas de mapeamento (114a), que vão formar a base do planejamento espacial.
- Institucionalizar uma abordagem participativa para assentamentos urbanos sustentáveis, através do desenvolvimento e apoio de estratégias e mecanismos que encorajem o diálogo aberto e inclusivo entre todas as partes interessadas, com especial atenção às necessidades e prioridades de mulheres, minorias, crianças, jovens, pessoas portadoras de

deficiências, e pessoas vivendo na pobreza e exclusão (113l).

- Desenvolver e apoiar a implementação de práticas aprimoradas de gestão da terra que lidem de modo abrangente com exigências conflitantes para terras urbanas para habitação, indústria, comércio, infraestrutura, transporte, espaços verdes e zonas florestais, levando em conta a necessidade de espaços para atividades rotineiras – para praças, parques, áreas de esporte e recreação e áreas próprias para jardinagem e agricultura urbana (113h).
- Estabelecer, como apropriado, estruturas para a aplicação das leis e regulamentos de gestão de terras, a fim de tornar a aplicação e as apelações mais eficientes e efetivas (114b).
- Desenvolver, com a participação de todas as partes interessadas, estratégias abrangentes e ambientalmente responsáveis de uso do solo no nível local (114d).
- Coordenar o uso do solo e o planejamento de transportes a fim de encorajar padrões espaciais de assentamento que facilitem o acesso a necessidades básicas, como locais de trabalho, escolas, atendimento médico, locais de culto, bens e serviços, e lazer, reduzindo assim a necessidade de deslocamento (151b).

- Fornecer ou promover um sistema de transportes públicos e comunicações eficiente, acessível econômica e fisicamente, e ambientalmente responsável, que priorize os meios coletivos de transporte com capacidade de transporte e frequência adequadas, que atendam às necessidades básicas e ao fluxo principal de tráfico principal (115e).

## Garantia de acesso à terra:

Preparar inventários abrangentes das terras públicas e, se necessário, desenvolver programas para torná-los disponíveis para o desenvolvimento da habitação e de assentamentos humanos, incluindo, se necessário, o desenvolvimento por organizações não governamentais e organizações comunitárias (76c).

- Aplicar mecanismos de incentivo fiscal transparentes, abrangentes e equitativos, como apropriado, para estimular um uso do solo eficiente, acessível e ambientalmente responsável, e utilizar formas de tributação baseadas na terra e outras formas de tributação para a mobilização de recursos financeiros para a prestação de serviços pelas autoridades locais (76d).



- Desenvolver e implementar sistemas de informação de terras e práticas para gestão da terra, incluindo avaliação de preço, e buscar assegurar que essas informações estejam prontamente disponíveis (76f).
- Fazer uso total da infraestrutura existente nas áreas urbanas, encorajando a densidade ideal da ocupação de terrenos urbanizados disponíveis de acordo com sua capacidade de alojamento, assegurando, ao mesmo tempo, o adequado provimento de parques, áreas de recreação, espaços e instalações comuns, e canteiros para jardinagem, como apropriado (76g).
- Considerar a adoção de instrumentos inovadores que capturem lucro no preço da terra e recuperem os investimentos públicos (76h).
- Considerar a adoção de instrumentos inovadores para a reunião e o desenvolvimento eficientes e sustentáveis das terras, incluindo, se necessário, o reajustamento e consolidação de terras (76i).
- Promover campanhas de conscientização, educação e práticas de habilitação referentes, em particular, a direitos legais em relação a posse, propriedade e herança para mulheres, para superar as barreiras existentes (78b).
- Desenvolver programas de regularização e formular e implementar tais programas e projetos com consulta à população interessada e aos grupos organizados, assegurando a total e igual participação das mulheres e levando em conta as necessidades diferenciadas por gênero, idade, deficiência e vulnerabilidade (78d).

*(Ver Guia prático 3 sobre Terra para mais informações sobre o que o governo local pode fazer com relação à garantia do acesso à terra.)*

## Assegurar o acesso à infraestrutura e serviços básicos:



Para proteger a saúde, a segurança, o bem-estar e um melhor ambiente de vida de todas as pessoas, e fornecer infraestrutura e serviços básicos a preços acessíveis, os governos, nos níveis adequados, incluindo autoridades locais, devem promover:

- abastecimento e acesso a quantidades adequadas de água potável (85a);
- saneamento adequado e gestão de resíduos ambientalmente responsável (85b);
- mobilidade adequada através do acesso a transporte público de preço razoável e fisicamente acessível, e outras instalações de comunicação (85c);
- acesso a mercados e lojas para comprar e vender produtos de primeira necessidade (85d);
- prestação de serviços sociais, especialmente para grupos e comunidades mal-atendidos (85e);
- acesso a instalações comunitárias, incluindo locais de culto (85f);
- acesso a fontes de energia sustentáveis (85g);

- tecnologias ecologicamente responsáveis e o planejamento, o fornecimento e a manutenção da infraestrutura, incluindo estradas, ruas, parques e espaços ao ar livre (85h);
- alto nível de proteção e segurança pública (85i);
- uso de diversos mecanismos de planejamento que permitam a participação significativa para reduzir os impactos negativos sobre os recursos naturais, como terras cultiváveis de grande qualidade e florestas, os quais podem decorrer das atividades dos assentamentos humanos (85j);
- sistemas de planejamento e implementação que integrem todos os fatores acima ao projeto e à operação dos assentamentos humanos sustentáveis (85k).
- Para assegurar um fornecimento mais equitativo de sistemas de provisão de infraestrutura e serviços básicos, os governos, nos níveis adequados, incluindo autoridades locais, devem:
  - trabalhar com todas as partes interessadas para oferecer terras urbanizadas e alocar espaços adequados para serviços básicos, bem como para espaços de recreação e ao ar livre no desenvolvimento de novos esquemas e na melhoria dos existentes (86a);
  - envolver as comunidades locais, em particular mulheres, crianças e pessoas portadoras de deficiência, nas tomadas de decisão e na definição de prioridades para a prestação de serviços (86b);
  - envolver, encorajar e ajudar, como adequado, as comunidades locais, em particular mulheres, crianças e pessoas portadoras de deficiência, a estabelecer padrões para as instalações comunitárias e para a operação e manutenção dessas instalações (86c);
  - apoiar os esforços de grupos acadêmicos e profissionais para analisar a necessidade de infraestrutura e serviços no nível da comunidade (86d);
  - facilitar a mobilização de fundos de todas as partes interessadas, em especial do setor privado, para maior investimento (86e);
  - estabelecer mecanismos de apoio para permitir às pessoas que vivem na pobreza e aos desfavorecidos ter acesso a infraestrutura e serviços básicos (86f);
  - promover o diálogo entre todas as partes interessadas para ajudar a fornecer infraestrutura e serviços básicos (86h).

## Facilitar a produção de moradias pela própria comunidade:



- Promover as moradias autoconstruídas dentro do contexto de uma política de uso do solo abrangente (74a).
- Integrar e regularizar as moradias autoconstruídas, especialmente através de programas de registro da terra adequados, como uma parte holística do sistema global de habitação e infraestrutura... sujeito a uma política de uso do solo abrangente (74b).
- Encorajar esforços para melhorar as moradias autoconstruídas existentes através de melhor acesso a recursos habitacionais, incluindo terra, financiamento e materiais de construção (74c).



- Desenvolver os meios e métodos para melhorar os padrões das moradias autoconstruídas (74d).
  - Encorajar organizações comunitárias e não governamentais em seu papel de assistir e facilitar a produção de moradias autoconstruídas (74e).
  - Facilitar o diálogo regular e a participação sensível ao gênero dos vários atores envolvidos na produção de moradias, em todos os níveis e estágios das tomadas de decisão (74f).
  - Minimizar os problemas relacionados a assentamentos humanos espontâneos através de programas e políticas que antecipam os assentamentos não planejados (74g).
- (Ver Guia prático 2 sobre Moradias populares para mais informações sobre o papel do governo local na garantia do acesso à moradia.)*

## O GRANDE PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL, ADDIS ABABA, ETIÓPIA

Addis Ababa tem um déficit de moradias de cerca de 350 000 unidades, e estima-se que esse número esteja crescendo cerca de 60 000 por ano. A taxa de desemprego é estimada em 40%.

O governo da cidade de Addis Ababa decidiu resolver os problemas de habitação e desemprego através de um programa integrado de assentamentos humanos que fornecerá moradias, infraestrutura e instalações a residentes de baixa renda, ao mesmo tempo criando empregos e estimulando o crescimento econômico.

O programa habitacional é financiado em grande parte por receitas do governo municipal provenientes do arrendamento de terras. Organizações parceiras incluem GTZ, Missionárias da Caridade e a União das Associações de Poupança e Crédito de Addis Ababa.

As moradias são de densidade média, ou seja, edifícios de apartamentos variando desde estúdios até três quartos. Os novos assentamentos são de renda e uso mistos, e incluem diversas instalações sociais.

As moradias são distribuídas por sorteio. Trinta por cento delas são especificamente reservadas para famílias chefiadas por mulheres e os outros 70% são distribuídas ao acaso (para famílias chefiadas por homens e mulheres). Prioridade mais alta foi dada às mulheres a fim de ajudá-las com os problemas econômicos agudos que enfrentam e melhorar seu papel e capacidade na sociedade. Os residentes que recebem as casas devem pagar uma entrada de 20% do valor total, sendo o restante pago em prestações.

Após os primeiros três anos do programa, mais de 30 000 unidades estavam concluídas ou em construção. Mais de 900 novas microempresas estavam participando da construção e da fabricação de materiais, e cerca de 40 000 empregos foram criados. Em fevereiro de 2009, 36 000 casas haviam sido transferidas aos residentes e outras 43 000 unidades estavam planejadas (80% das quais já estavam em construção).<sup>42</sup>



## PROGRAMA DE ASSENTAMENTOS HUMANOS HOLÍSTICOS EM KIGALI, RUANDA

Com um novo governo após a devastadora experiência do genocídio, Kigali enfrentava o problema da reconstrução e ao mesmo tempo lutava para prestar serviços a seus cidadãos. Inicialmente, a maior prioridade do novo governo era tornar a cidade segura e reassentar aqueles que foram expulsos durante o genocídio, ao mesmo tempo solucionando conflitos decorrentes de usos e ocupações ilegais da terra. Por causa desse foco, a maioria dos serviços oferecidos pela cidade foram negligenciados, gerando montes de lixo, instalações de água e saneamento ultrapassadas bem como redes de estradas dilapidadas e um sistema de transportes públicos precário.

Devido a esses problemas, as autoridades municipais, com o apoio do governo nacional, iniciou um programa integrado em 1998. Esse programa continha diversos componentes, incluindo o seguinte:

- **Melhoramento de favelas:** O objetivo de longo prazo do conselho municipal é reduzir a existência de favelas dentro de seus limites. Isso tem sido feito de duas maneiras – construindo casas melhores para os moradores ou melhorando as condições de vida dos moradores de favelas não removidas.
- **Embelezamento de ruas e calçadas:** Uma área que recebeu o apoio entusiasmado da população local foi a decisão do plantio de árvores pelos residentes nos terrenos residenciais e comerciais. É uma prática comum em Kigali encontrar uma árvore bem cuidada do lado de fora dos prédios. Ao mesmo tempo, foi tomada a decisão da construção de calçadas pelos proprietários dos prédios entre este e a rua principal. Os que não estivesse interessados têm a opção de plantar árvores e ter um minijardim junto às suas casas.
- **Transporte público:** Como a maioria das cidades no mundo em desenvolvimento, Kigali tinha problemas de transporte público. Os táxis em péssimas condições em operação violavam todas as exigências de segurança, levando assim a acidentes com feridos e mortos, em alguns casos. A ideia era otimizar as operações desses veículos para que os passageiros não só chegassem em segurança ao seu destino, mas que os interesses de outros usuários das ruas também fossem levados em conta. Com esse fim, foram formadas sociedades cooperativas para se encarregarem do transporte público. Cada pequena seção e zona formou sua própria associação, que assumiu o transporte público, enquanto os operadores de mototáxis (conhecidos localmente como motos) também foram organizados em grupos e zonas, para facilitar a operação. Muitos soldados desmobilizados foram absorvidos aqui.
- **Coleta de lixo:** Para lidar com o problema do lixo sem controle, o conselho municipal decidiu formar associações cujos membros receberam a tarefa de se responsabilizarem pela coleta e pela busca de maneiras ecologicamente responsáveis de dispor o lixo acumulado em suas áreas. As mulheres varrem as ruas e recolhem o lixo, que é levado a uma central. Lá, ele é separado e os itens biodegradáveis são usados para fazer tijolos de combustível para a cozinha. O resto é levado para um aterro sanitário nas cercanias da cidade.<sup>43</sup>

# MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Um dos maiores problemas para os governos locais da África são os recursos financeiros inadequados. A fim de enfrentar os desafios urbanos, os governos locais precisam ter recursos financeiros suficientes provenientes de uma série de fontes. As taxas de utilização direta aos usuários são uma importante fonte de receita, e projetar as estruturas tarifárias para que haja subvenção cruzada para os pobres é uma maneira de assegurar a prestação de serviços a todos (por exemplo, cobrando de quem usa uma grande quantidade de água ou eletricidade uma tarifa mais alta por unidade do que a de quem usa uma pequena quantidade). Também é possível assegurar uma pequena quantidade gratuita de serviços (por exemplo, a quantidade mínima de água necessária para a saúde básica) para famílias pobres através da subvenção cruzada.

Além das taxas de utilização direta (p.ex., cobrança pelo fornecimento de água), as principais fontes potenciais de receitas para o governo local são:

- transferências do governo central
- imposto predial
- empréstimos

Essas diferentes fontes de receita são discutidas nas páginas 27–31 deste guia.

**TABELA 5: FONTES DE RECEITA PARA O GOVERNO LOCAL EM PAÍSES AFRICANOS SELECIONADOS<sup>44</sup>**

Tipo de receita	Porcentagem da receita total para o governo local		
	África do Sul	Quênia	Uganda
Imposto predial	16.80%	15.60%	0.00%
Outros impostos	2.80%	5.90%	2.10%
Transferências do governo central	24.90%	32.80%	91.30%
Outras formas de receita (p.ex. taxas de usuários)	55.40%	45.80%	3.80%
Total	100.00%	100.00%	100.00%

A Tabela 5 compara as fontes de receitas para três países da África. Como se pode ver, as fontes disponíveis e a importância das várias fontes de receita variam consideravelmente de um país para o outro.

## Transferências do governo central

Os sistemas de distribuição de receitas, através dos quais os governos centrais transferem fundos para os governos locais, têm por finalidade ajudar os governos locais a cumprir suas funções. Essas transferências podem ser classificadas como incondicionais (de propósito geral) ou condicionais (de propósito específico).

- **As transferências incondicionais** não têm condições associadas ao seu emprego; os fundos podem ser gastos em qualquer serviço local. Em alguns casos, são concedidas em base *per capita*; em outros, o montante da transferência depende de uma fórmula que pode levar em conta as necessidades de gastos do município, o tamanho de sua base tributária ou outros fatores.
- **As transferências condicionais** devem ser gastas em despesas específicas, como, por exemplo, moradias, estradas ou outro serviço local.

As transferências do governo ainda são a fonte de receita mais significativa para os governos locais na maior parte dos países da África (compõem, por exemplo, mais de 90% da receita do governo local de Uganda). No entanto, isso não é o ideal, pois uma demasiada dependência dessas transferências pode restringir a autonomia do governo local, limitando assim sua capacidade de alocar recursos para as necessidades que a população local identifica como mais importantes.

## Imposto predial

O imposto predial é uma ferramenta importante para aumentar a receita no nível local. Também é muitas vezes usado para moldar os padrões de desenvolvimento urbano. Além disso, alguns países estão recorrendo a impostos sobre a valorização da terra para obter receita com o aumento dos preços da terra, resultante de ações do governo (p.ex. instalação de infraestrutura).



O imposto predial está historicamente associado ao governo local, em parte porque a propriedade em si é imóvel, ou seja, não pode mudar de lugar, e em parte por causa da forte ligação entre os tipos de serviços financiados no nível local e os benefícios para o valor da propriedade. O imposto predial é cobrado pelos governos locais na maioria dos países da África, mas em geral não oferece uma proporção de receita significativa. Por exemplo, o imposto predial responde por apenas de 15% a 17% da receita dos governos locais no Quênia e na África do Sul, em comparação a de 37% a 39% da receita dos governos locais na Austrália e no Canadá.<sup>45</sup>

Para implementar um sistema de tributação sobre as propriedades, são necessárias informações atualizadas. Em termos ideais, é preciso elaborar um sistema de informação de terras, como um cadastro. Trata-se, essencialmente, de um banco de dados que registra todas as propriedades de uma cidade, incluindo suas dimensões, seu uso

e sua ocupação. O exemplo do registro de propriedades de Berbera (ver página 27 deste guia) mostra como um levantamento de propriedades SIG para facilitar a tributação sobre as propriedades pode ser feito de maneira rápida e econômica, permitindo assim aos governos locais levantar receitas que podem ser investidas em obras e serviços públicos.

Em muitas cidades africanas, a maioria dos residentes vive em assentamentos não-

planejados. O exemplo do projeto de aluguel de terrenos do Conselho Municipal de Lusaka (ver página 30 deste guia) demonstra como, através de processos participativos, pode-se arrecadar receita de assentamentos não planejados para assegurar o fornecimento de serviços básicos a essas áreas. Nesse caso, o Conselho Municipal de Lusaka atuou em parceria com organizações comunitárias locais, que receberam uma parte da receita arrecadada para projetos de desenvolvimento comunitários locais.

## O PROCESSO DE REGISTRO DE PROPRIEDADES EM BERBERA, SOMÁLIA

Até recentemente, o Conselho Local de Berbera, na Somália, dependia de registros de terra feitos em papel, ultrapassados e incompletos, e apenas uma parte das propriedades no município constava do registro de terras e do cadastro de imposto predial. Junto com a ONU-HABITAT, o Conselho Local de Berbera desenvolveu um Sistema de Informações Geográficas (SIG), com o principal objetivo de fornecer as informações necessárias sobre a localização e as características das propriedades, a fim de melhorar o sistema de tributação sobre as propriedades, os processos de planejamento urbano do município e a prestação de serviços.



- O levantamento consistiu em três etapas principais:
- obtenção de uma imagem de satélite georreferenciada de alta resolução;
- digitalização em tela da imagem para criar um mapa mostrando todos os edifícios e outras características, como estradas principais, rios, aeroporto, etc.;
- verificação do banco de dados espacial no campo, e a coleta de dados sobre as características de cada propriedade utilizando computadores de mão pré-programados.
- O banco de dados de propriedades combina dados espaciais georreferenciados e os atributos da propriedade, incluindo os seguintes dados essenciais:
- características físicas da propriedade (tamanho e uso do terreno, tamanhos e usos de estruturas, materiais de construção usados para estruturas, acesso à infraestrutura);
- nomes de proprietários e ocupantes (muitas vezes os ocupantes são diferentes dos donos da propriedade);
- número de residentes.

O banco de dados é ligado a uma fotografia digital de cada propriedade. Essas fotografias ajudam o pessoal envolvido a verificar o banco de dados e facilitam a comunicação com os proprietários e ocupantes das propriedades.

O levantamento de propriedades para o projeto SIG de Berbera foi concluído em janeiro de 2008.<sup>46</sup>



## Impostos para financiar melhorias na urbanização

Muitos governos locais em todo o mundo cobram taxas das incorporadoras (conhecidas como taxas, impostos e exações de desenvolvimento) para financiar os custos de capital relativos ao crescimento, associados aos novos desenvolvimentos ou redesenvolvimento. Essas taxas são cobradas das obras construídas pelo município, e os fundos arrecadados têm de ser usados para pagar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento. As taxas de desenvolvimento são apropriadas para financiar a infraestrutura em áreas que experimentam um novo crescimento.

## Empréstimos

Em alguns países, os empréstimos provenientes de fundos de empréstimos municipais de instituições financeiras podem ser utilizados para financiar os custos de capital dos principais projetos de infraestrutura. Fazer empréstimos para fazer face aos gastos de capital permite aos municípios parcelar os custos durante um período. Isso significa que aqueles que se beneficiam da instalação (os usuários, ao longo dos próximos 20 e poucos anos) também pagarão os custos através de impostos e taxas de usuário. A maior desvantagem dos empréstimos, do ponto de vista municipal, é que receitas potenciais são canalizadas para o pagamento da dívida, não estando, portanto, disponíveis para outros usos. Quando os custos são espalhados ao longo de um período, uma porção significativa dos orçamentos locais se torna uma obrigação fixa, e os encargos da dívida podem restringir a flexibilidade fiscal local.

## PROJETO DE ALUGUEL DE TERRENOS EM LUSAKA, ZÂMBIA

Um dos maiores desafios que o Conselho Municipal de Lusaka enfrenta é a falta de recursos adequados para a prestação de serviços. Embora o governo central seja obrigado por lei a fazer dotações às autoridades locais no lugar do imposto predial, isso normalmente não acontece. Em vez de depender do financiamento do governo central, o conselho adotou uma nova abordagem para levantar fundos a fim de financiar suas atividades.

A nova abordagem, através do Projeto de Aluguel de Terrenos iniciado em 2004, implica um trabalho conjunto com os residentes de assentamentos de baixa renda para participar da mobilização de recursos para o desenvolvimento. Embora o pagamento de aluguel do terreno à autoridade local fosse obrigatório para os proprietários em assentamentos não planejados legalizados e em áreas de locais e serviços, onde cerca de 70% da população de Lusaka mora, a maioria desses proprietários recusava-se a pagar, devido à falta de urbanização em seus assentamentos. Através do projeto, o conselho pôde assinar um memorando de entendimento com cada um dos Comitês de Residentes para o Desenvolvimento (CRD), nos 26 assentamentos onde o projeto foi implantado.

### **Alocação da receita do aluguel de terrenos**

Inicialmente, o conselho propôs que 25% da receita do aluguel dos terrenos fosse retida pela comunidade para projetos de desenvolvimento. Essa proposta não foi apoiada por alguns líderes comunitários. Uma contraproposta de retenção de 40% da receita (35% para projetos de desenvolvimento na comunidade e 5% para cobrir custos administrativos incorridos pelos CRDs) acabou sendo aceita pelo conselho. A arrecadação das receitas provenientes do pagamento de aluguel dos terrenos aumentou consideravelmente após a implantação do projeto. A receita obtida com o projeto é compartilhada entre o conselho e a comunidade, sendo empregada, sobretudo, em programas de desenvolvimento do assentamento e na prestação de serviços. Os principais desafios sendo combatidos incluem gestão inadequada de resíduos, posse da terra insegura, saneamento precário, falta de água potável e infraestrutura de estradas insuficiente.

### **Criação de um sistema de informação de terras para a cidade**

Embora tenha sido estabelecido que cerca de 70% da população de Lusaka viva em assentamentos não planejados, não há registros confiáveis sobre propriedades, uso do solo, serviços sociais e atividades socioeconômicas nos assentamentos. A falta de informações afetou o sistema de faturamento e corroeu a confiança no sistema. Portanto, o conselho intensificou sua iniciativa de posse da terra, que tem por objetivo estabelecer um sistema de informação de terras para toda a cidade. Outro problema era que o desenvolvimento ilegal e a falta de segurança da posse da terra em alguns assentamentos impediam a cobrança do aluguel do terreno. A iniciativa de posse da terra abordou o problema, fornecendo segurança da posse da terra aos residentes dos assentamentos não planejados.

### **Trabalhando com líderes democraticamente eleitos**

Um problema adicional era a ausência de CRDs democraticamente eleitos em alguns assentamentos, o que dificultou o trabalho do conselho com os residentes. Por causa disso, o conselho facilitou o processo de eleições nesses assentamentos, a fim de ajudar a posicionar líderes comunitários democraticamente eleitos para coordenar e facilitar os programas de desenvolvimento.

**Resultados obtidos em programas de arrendamento de terrenos:**

- Houve um aumento de 400% na arrecadação da receita mensal do aluguel de terrenos um ano após o início do projeto, em 2004.
- A comunicação entre residentes e conselho melhorou. Em particular, a identificação de atividades prioritárias de desenvolvimento melhorou, como resultado de uma melhor coordenação e cooperação entre os CRDs e o conselho.
- Alguns serviços foram fornecidos nos assentamentos não planejados.
- A qualidade da governança no nível comunitário melhorou com apoio financeiro do projeto. Isto pode ser visto na estabilidade do mandato da liderança eleita dos CRDs. No passado, muitos CRDs foram dissolvidos antes de concluir seu mandato devido a conflitos internos e liderança frágil. Além disso, a capacidade das comunidades de gerir os projetos locais melhorou.
- A apropriação dos projetos pela comunidade levou ao declínio no vandalismo.

**Lições aprendidas:**

Diversas lições foram aprendidas com a implantação do Projeto de Aluguel de Terrenos:

- As autoridades locais precisam do apoio das comunidades na geração de renda para fins de desenvolvimento na cidade. O envolvimento e a participação da comunidade em todos os níveis do projeto são críticos, pois sem o apoio da comunidade um projeto comunitário não se sustenta.
- As comunidades estão dispostas a pagar pela prestação de serviços se virem os benefícios. Antes de introduzir novas iniciativas nas comunidades, o conselho convida os líderes comunitários para uma mesa-redonda na qual os benefícios à comunidade são claramente identificados e o compromisso para concretizar esses benefícios é assumido pelas partes.
- O apoio político, tanto em nível comunitário como em nível nacional, é necessário quando se introduzem novas iniciativas nas comunidades.<sup>47</sup>

## PARCERIAS COM OUTROS ATORES INTERESSADOS

Em muitos países africanos, os municípios recorreram ao setor privado para prover e financiar serviços públicos através de parcerias público-privadas. A principal vantagem dessas parcerias é que elas aliviam os municípios da responsabilidade financeira pelos custos de capital iniciais e lhes permitem construir instalações sem incorrer em dívida municipal. A operação das instalações e dos programas por entidades privadas reduz os gastos operacionais municipais e podem permitir a arrecadação de receitas adicionais.

As parcerias com outros interessados (p.ex. organizações comunitárias) também podem ser uma maneira de mobilizar capacidades e recursos adicionais. A parceria entre o Conselho Municipal de Nakuru no Quênia e uma organização comunitária local é um exemplo de uma parceria município-comunidade bem-sucedida, que resultou numa real melhoria da prestação do serviço.



## PARCERIAS MUNICÍPIO-COMUNIDADE PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM NAKURU, QUÊNIA

Nakuru é uma cidade do Quênia com uma população de mais de 400 000 habitantes que vem crescendo rapidamente. O acesso a água tornou-se um problema sério, resultando num grave surto de cólera em 2000. Representantes comunitários subsequentemente defenderam a instalação de quiosques de água em áreas localizadas a uma distância curta, a ser percorrida a pé, acessível aos moradores de baixa renda. Isso forneceria uma fonte confiável de água limpa aos indivíduos que, antes, eram forçados a usar fontes de água não monitoradas.

O Conselho Municipal de Nakuru, então, abordou a comunidade internacional com uma proposta de financiar a implementação e a construção de cinco quiosques de água em áreas de baixa renda. Componentes do projeto incluíam treinamento e conscientização, construção dos quiosques de água, ligação da tubulação aos quiosques, operação e manutenção, e documentação da atividade. O conselho trabalhou em estreita colaboração com uma organização comunitária, o Naroka Greeners Self Help Group. O grupo identificou as necessidades da comunidade e trabalhou para sensibilizar seus integrantes sobre problemas ambientais como disposição segura de resíduos líquidos, uso de água potável e gestão adequada da água. O grupo também forneceu mão de obra para executar as valas para assentamento da rede de bombeamento, e encarregou-se de administrar os quiosques de água. O conselho forneceu expertise técnica e vendia a água a granel ao Naroka Greeners que, por sua vez, vendia a água a preço de varejo. Durante 2005, o grupo teve uma média de nove a dez empregados e a receita anual foi de cerca de US\$17 000, com um superávit de aproximadamente US\$6 000.

Os elementos-chave do processo incluíram:

- planejamento comunitário participativo;
- capacitação da organização comunitária para assegurar a boa administração dos quiosques de água;
- governança inclusiva para garantir uma administração mais diversificada e sustentável da iniciativa;
- recursos internos e externos que foram ligados e alavancados.

O projeto beneficiou a comunidade de muitas maneiras. Primeiro, forneceu acesso a água limpa, reduzindo assim o risco de doenças associadas à falta de saneamento. Segundo, o tempo gasto pelas mulheres andando para buscar água foi significativamente reduzido, liberando tempo para outras atividades produtivas. Terceiro, os quiosques de água criaram oportunidades de emprego para vários membros da comunidade. Por último, os quiosques geram renda para o Conselho Municipal através da venda de água potável segura e confiável para indústrias.

A experiência de Nakuru mostra a importância de uma abordagem forte e integrada e da consulta aos interessados no processo de tomada de decisão.<sup>48</sup>

## DIRETRIZES PARA PARCERIAS MUNICÍPIO-COMUNIDADE

Muitas lições foram aprendidas com as tentativas pioneiras de parcerias município-comunidade, e os governos locais podem aprender com essas lições o que é preciso para criar uma parceria desse tipo bem-sucedida:

- **Objetivo claro:** Um objetivo claramente declarado, acordado entre todas as partes relevantes, é essencial para o sucesso da parceria.
- **Definição clara de responsabilidades/ acordos legais e contratos:** As relações contratuais entre os atores-chave precisam ser estabelecidas, com papéis, responsabilidades e autoridade dos parceiros claramente descritos. As tarefas precisam ser identificadas e distribuídas.
- **Plano de negócios:** É preferível que um plano de negócios seja preparado.
- **Estrutura institucional:** A estrutura institucional apropriada para a parceria deve ser considerada. As parcerias de mais sucesso envolveram estruturas específicas (p.ex. um fundo ou entidade sem fins lucrativos) que são responsáveis pela direção do projeto. Quando uma estrutura legal separada não é viável ou desejada, é interessante estabelecer uma unidade exclusiva através de pessoal separado, etc., ou um grupo de trabalho ou comitê bastante poderoso, para assegurar que o projeto não se perca na burocracia geral.
- **Envolvimento da comunidade – participação vs. representação:** É importante definir os interessados, qual é sua participação e envolvimento e como estes se dão. A comunicação com a comunidade deve ser um processo de mão dupla, através do qual os interessados da comunidade recebem informações, bem como fornecem dados a partir de sua perspectiva.
- **Visão:** É muito importante ter uma visão compartilhada dos objetivos finais do projeto.
- **Inovação:** Uma abordagem inovadora, experimental e flexível para superar obstáculos burocráticos e implementar uma nova maneira de pensar sobre problemas e soluções é inestimável.
- **Problemas de capacidade:** Todas as partes precisam ter a capacidade para participar como iguais e de monitorar o projeto com eficiência. Uma ONG com bons recursos, outro órgão governamental ou paraestatal pode ajudar. Onde houver carência de competências, é importante que haja uma transferência de competências e a capacitação dos parceiros com recursos insuficientes.



**DIRETRIZES PARA PARCERIAS MUNICÍPIO-COMUNIDADE (CONTINUED)**

- **Monitoramento:** O desempenho dos sistemas financeiro, administrativo, de supervisão e relatórios precisa ser monitorado e, se necessário, alterado.
- **Avaliação:** Devem ser estabelecidos marcos para preparar propostas de financiamento, garantir a aprovação de financiamentos, submeter relatórios de progresso aos interessados e avaliar o projeto.
- **Líder do projeto:** Ter um líder de projeto é benéfico – seja um financiador, uma figura política significativa ou conselheiro de bairro.
- **Conselho eficiente:** Um conselho eficiente é essencial. Membros do conselho devem ser qualificados e entender suas obrigações e responsabilidades. Devem ter a confiança dos interessados-chave. A representação não leva, necessariamente, a uma governança eficaz, podendo até mesmo inibi-la. A capacitação dos membros do conselho é importante quando necessária.
- **Comunicação:** A comunicação permanente entre todos os parceiros, interessados-chave e a comunidade é essencial.
- **Foco:** Um projeto focado, tanto em termos de localização geográfica como de mandato geral, tende a ter mais êxito.
- **Responsabilização:** Problemas de responsabilização precisam ser deixados claros, ou seja, identificando a quem cabe a responsabilidade pela parceria – financiadores, comunidade, governo local, etc.
- **Mandato:** O projeto precisa de um mandato público de financiamento explícito e documentado, que deve especificar processo e produto, com resultados identificados e metas mensuráveis.
- **Considerações de financiamento/financeiras:** O projeto deve ter acesso a financiamento de tal modo que permita flexibilidade. É importante ter ferramentas e sistemas de gestão para planejar e gerir com eficiência o financiamento e o fluxo de caixa.
- **Sustentabilidade:** Deve-se considerar os meios para sustentar o projeto. Os gastos de capital serão desperdiçados se os recursos para pessoal e manutenção não forem contínuos. Isso deve fazer parte do plano de negócios.
- **Considerações políticas:** É importante separar o político do operacional. Um contrato eficiente, especificando os respectivos papéis de políticos, autoridades, etc. é muito útil. O compromisso dos políticos e da comunidade é extremamente importante.<sup>49</sup>

## REFERÊNCIAS

- 1 Rakodi C (1997) Conclusion. In Rakodi C (ed.) *The Urban Challenge in Africa: Growth and Management of its Large Cities*. Tokyo: United Nations University Press
- 2 Rakodi C (1997) Conclusion. In Rakodi C (ed.) *The Urban Challenge in Africa: Growth and Management of its Large Cities*. Tokyo: United Nations University Press
- 3 United Republic of Tanzania Prime Minister's Office (2010) *History of local government system in Tanzania*. Acesso em 12 de agosto de 2010, <http://www.pmo.go.tz/mawaziri.php?cat=12&subcat=81>
- 4 Olowu D (2003) Local institutional and political structures and processes: Recent experience in Africa. *Public Administration and Development* 23: 41–52
- 5 UN-HABITAT (2008) *The State of African Cities 2008: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*. Nairobi: UN-HABITAT
- 6 UN-HABITAT (2008) *The State of African Cities 2008: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*. Nairobi: UN-HABITAT
- 7 UN-HABITAT (2008) *State of the World's Cities 2008/2009: Harmonious Cities*. London: Earthscan
- 8 Wekwete KH (1997) Urban management: The recent experience. In Rakodi C (ed.) *The Urban Challenge in Africa: Growth and Management of its Large Cities*. Tokyo: United Nations University Press
- 9 UN-HABITAT (2008) *The State of African Cities 2008: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*. Nairobi: UN-HABITAT
- 10 UN-HABITAT (2009) *Guide to Municipal Finance*. Nairobi: UN-HABITAT
- 11 Baseado no Commonwealth Local Government Forum (2008) *The Commonwealth Local Government Handbook 2009*. London: Commonwealth Local Government Forum
- 12 UN-HABITAT (2008) *The State of African Cities 2008: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*. Nairobi: UN-HABITAT
- 13 Baseada em Wekwete KH (1997) Urban management: The recent experience. In Rakodi C (ed.) *The Urban Challenge in Africa: Growth and Management of its Large Cities*. Tokyo: United Nations University Press
- 14 UN-HABITAT (2008) *State of the World's Cities 2008/2009: Harmonious Cities*. London: Earthscan
- 15 UN-HABITAT (2008) *The State of African Cities 2008: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*. Nairobi: UN-HABITAT
- 16 UN-HABITAT (2008) *The State of African Cities 2008: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*. Nairobi: UN-HABITAT
- 17 UN-HABITAT (2008) *The State of African Cities 2008: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*. Nairobi: UN-HABITAT
- 18 Freund B (2007) *The African City: A History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press
- 19 Freund B (2007) *The African City: A History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press
- 20 Freund B (2007) *The African City: A History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press
- 21 UN-HABITAT (2008) *State of the World's Cities 2008/2009: Harmonious Cities*. London: Earthscan
- 22 Freund B (2007) *The African City: A History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press
- 23 Freund B (2007) *The African City: A History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press
- 24 Monitor Group (2009) *Africa From the Bottom Up: Cities, Economic Growth and Prosperity in Sub-Saharan Africa*. Johannesburg: Monitor Group

- 25 UN-HABITAT (2008) *The State of African Cities 2008: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*. Nairobi: UN-HABITAT
- 26 Kessides C (1997) *World Bank Experience with the Provision of Infrastructure Services for the Urban Poor: Preliminary Identification and Review of Best Practices*. Washington, DC: World Bank
- 27 UN-HABITAT (1996) *Habitat II Agenda*. Nairobi: UN-HABITAT. Sections 181, 182e, 182f & 182h
- 28 UN-HABITAT & Municipal Development Partnership for Eastern and Southern Africa (2008) *Participatory Budgeting in Africa: A Training Companion, Volume 1*. Nairobi & Harare: UN-HABITAT/ Municipal Development Partnership for Eastern and Southern Africa
- 29 UN-HABITAT (2008) *Berbera: First Steps Towards Strategic Urban Planning*. Nairobi: UN-HABITAT
- 30 UN-HABITAT (2006) Best Practices Database 2006. [www.un-habitat.org](http://www.un-habitat.org)
- 31 UN-HABITAT & Municipal Development Partnership for Eastern and Southern Africa (2008) *Participatory Budgeting in Africa: A Training Companion, Volume 2*. Nairobi & Harare: UN-HABITAT/ Municipal Development Partnership for Eastern and Southern Africa
- 32 UN-HABITAT & Global Land Tool Network (2009) *Not About Us Without Us: Working with Grassroots Organizations in the Land Field*. Nairobi: UN-HABITAT
- 33 Hall P & Pfeiffer U (2000) *Background Report on the World Report on the Urban Future 21*. Berlin: Ministry of Transport, Building and Housing of the Federal Republic of Germany
- 34 Chambers R (1995) Poverty and livelihoods: Whose reality counts? *Environment and Urbanization* 7(1): 173–204
- 35 Carney D et al. (1999) *Livelihoods Approaches Compared: A Brief Comparison of the Livelihoods Approaches of the UK Department for International Development (DFID), CARE, Oxfam and the United Nations Development Programme*. London: Department for International Development
- 36 Pieterse E & Van Donk M (2002) *Capacity Building for Poverty Eradication*. Johannesburg: Sedibeng Centre for Organizational Effectiveness
- 37 Majale M (2003) An Integrated Approach to Urban Housing Development: Has a Case Been Made? Paper presented at Urban Research Symposium 2003: Urban Development for Economic Growth and Poverty Reduction, World Bank, Washington DC, 15–17 December 2003
- 38 Amis P (2001) Rethinking UK aid in urban India: reflections on an impact assessment study of slum improvement projects. *Environment and Urbanization* 13(1): 101–113; Barrett A (2000) Poverty Reduction in India: Towards Building Successful Slum-Upgrading Strategies, paper presented at the World Bank South Asian Urban and City Management Course in Goa, January 2000; Majale M (2003) An Integrated Approach to Urban Housing Development: Has a Case Been Made? paper presented at Urban Research Symposium 2003: Urban Development for Economic Growth and Poverty Reduction, World Bank, Washington DC, 15–17 December 2003
- 39 Majale M (2003) An Integrated Approach to Urban Housing Development: Has a Case Been Made? Paper presented at Urban Research Symposium 2003: Urban Development for Economic Growth and Poverty Reduction, World Bank, Washington DC, 15–17 December 2003
- 40 Ng'ayu M (2003) Integrated Urban Housing Project (IUHP), Nakuru, Kenya Project Impact Assessment. Paper presented at International Workshop on Integrated Urban Housing Development, Rugby, UK, 17–18 March 2003
- 41 UN-HABITAT (1996) *Habitat II Agenda*. [www.un-habitat.org](http://www.un-habitat.org)
- 42 UN-HABITAT (2009) Best Practices Database 2006: Addis Ababa City transfers 15 000 condominium houses to residents, 17 February 2009. Acesso em 10 de agosto de 2009, <http://www.ezega.com/News/NewsDetails.aspx?Page=news&NewsID=1346>
- 43 UN-HABITAT (2006) Best Practices Database 2006. Acesso em 15 de junho de 2010, [www.un-habitat.org](http://www.un-habitat.org)

- 44 UN-HABITAT (2009) *Guide to Municipal Finance*. Nairobi: UN-HABITAT
- 45 UN-HABITAT (2009) *Guide to Municipal Finance*. Nairobi: UN-HABITAT
- 46 UN-HABITAT (2008) *Berbera: First Steps Towards Strategic Urban Planning*. Nairobi: UN-HABITAT
- 47 UN-HABITAT (2006) Best Practices Database 2006. Acesso em 30 de maio de 2010, [www.un-habitat.org](http://www.un-habitat.org)
- 48 Cities Alliance (2007) *Liveable Cities: The Benefits of Urban Environmental Planning*. Washington DC: Cities Alliance
- 49 Baseado em Kitchen F (2003) Public-Public Partnerships. *Hologram Newsletter* 14

## SUGESTÃO DE LEITURA COMPLEMENTAR

- Rakodi C (ed.) (1997) *The Urban Challenge in Africa: Growth and Management of its Large Cities*. Tokyo: United Nations University Press
- Simone A-M (2004) *For the City Yet to Come: Changing African Life in Four Cities*. Durham, North Carolina: Duke University Press
- Tostensen A, Tvedten I & Vaa M (eds) (2001) *Associational Life in African Cities: Popular Responses to the Urban Crisis*. Uppsala, Sweden: Nordiska Afrikainstitutet
- UN-HABITAT (2007) *Inclusive and Sustainable Urban Planning: A Guide for Municipalities*. 4 volumes. Nairobi: UN-HABITAT
- UN-HABITAT (2009) *Global Report on Human Settlements 2009: Planning Sustainable Cities*. London: Earthscan
- UN-HABITAT (2009) *Guide to Municipal Finance*. Nairobi: UN-HABITAT

## WEBSITES

- Cities Alliance, rede global de cidades. [www.citiesalliance.org](http://www.citiesalliance.org)
- Commonwealth Local Government Forum (CLGF). [www.clgf.org.uk](http://www.clgf.org.uk)
- Municipal Development Partnership (MDP), parceria para a capacitação de governos locais na África Subsaariana. [www.mdpafrica.org.zw](http://www.mdpafrica.org.zw)
- Shack/ Slum Dwellers International (SDI), rede internacional de federações dos pobres urbanos. [www.sdinet.org](http://www.sdinet.org)
- ONU-HABITAT, agência das Nações Unidas para os assentamentos humanos. [www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)
- UN-HABITAT Best Practices Database in Improving the Living Environment. [www.bestpractices.org](http://www.bestpractices.org)
- United Cities and Local Governments of Africa (UCLGA), associação de municípios e associações de governos locais regionais/nacionais da África. [www.uclgafrica.org](http://www.uclgafrica.org)
- Instituto do Banco Mundial, o braço de capacitação do Banco Mundial. [wbi.worldbank.org](http://wbi.worldbank.org)
- Web site: [www.un-habitat.org](http://www.un-habitat.org)